



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS

Secretaria Nacional de Cidadania

Planejamento Estratégico Biênio 2017-2018

RELATÓRIO SEMESTRAL

Janeiro a Junho de 2018

Junho de 2018

Presidente da República Federativa do Brasil

Michel Temer

Ministro de Estado dos Direitos Humanos

Gustavo do Vale Rocha

Secretário Executivo do Ministério dos Direitos Humanos

Engels Augusto Muniz

Secretário Nacional de Cidadania

Herbert Borges Paes de Barros

SUMÁRIO

1. OBJETIVO.....	1
2. INTRODUÇÃO	1
3. BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO	2
Objetivo 1 - Implementar políticas de proteção e defesa dos Direitos Humanos transversalizadas, de forma interinstitucional, interfederativa e intergovernamental, com enfoque nas mais graves violações.....	2
Projeto 1 - Aprimorar a institucionalidade e gestão dos Programas de Proteção.....	2
Projeto 2 - Fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.....	7
Projeto 3 – Implementar o Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo	12
Projeto 4 – Implementação de sistemas de informação dos programas de proteção a pessoas ameaçadas	16
Objetivo 2 - Implementar políticas de promoção dos direitos humanos transversalizadas de forma interinstitucional, interfederativa e intergovernamental, com enfoque na valorização e respeito às diversidades.....	18
Projeto 1 – Instituir a Escola Nacional de Educação em Direitos Humanos.....	18
Projeto 2 - Formalizar o Pacto Nacional de Combate à LGBTfobia.....	21
Projeto 3 - Elaborar e implantar nova concepção de metodologia da Política Nacional para a População em Situação de Rua	25
Projeto 4 - Realizar busca e identificação de desaparecidos políticos	29
Projeto 5 – Erradicar o sub-registro civil com atendimento adequado das populações prioritárias.....	33
Projeto 6 – Celebração dos 70 anos	36
Projeto 7 – Implementar o Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Paz e dos Direitos Humanos.....	39
Projeto 8 – Realizar a 12ª Mostra Cinema e Direitos Humanos.....	41
Projeto 9 – Realizar avaliação de base sobre "Empresas e Direitos Humanos" para futura elaboração de Plano Nacional sobre a temática	43
Projeto 10 – Fortalecimento as discussões sobre Diversidade Religiosa e Estado Laico	46
Objetivo 3: Fortalecer a Institucionalidade de Secretaria.....	49
Projeto 1 - Implementação do sistema de governança	49
Projeto 2 – Implementar ações que garantam a institucionalidade, a autonomia administrativa e orçamentária do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos	51
Projeto 3 - Fortalecimento da atuação da Secretaria Nacional de Cidadania junto às redes de políticas de direitos humanos	54
Projeto 4 - Promover ações de Direitos Humanos junto ao Sistema de Justiça	56

Objetivo 4: Fortalecer os mecanismos de monitoramento e seguimento das políticas de direitos humanos	58
Projeto 1 - Reorganizar, fortalecer e aprimorar a capacidade da Secretaria Nacional de Cidadania com vistas à atuação no Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos e à articulação federativa para cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos	58
Projeto 2 – Iniciar a estruturação de um observatório nacional de monitoramento da implementação de compromissos e recomendações nacionais e internacionais de direitos humanos.	58
Projeto 3 - Suprimir passivo de relatórios para os órgãos de tratados internacionais sobre Direitos Humanos e aprimorar a capacidade de articulação e incidência da Secretaria Nacional de Cidadania na elaboração e disseminação dos relatórios internacionais (CAT - Comitê de Ajudas Técnicas, PIDESC - Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, PIDCP - Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, Desaparecimentos Forçados, DBC - Documento Básico Comum e Segundo Agrupamento PSS - Protocolo de São Salvador).....	61
4. DESAFIOS & CONSIDERAÇÕES FINAIS	64

PLANEJAMENTO DA SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA – SNC

RELATÓRIO SEMESTRAL - JANEIRO A JUNHO DE 2018

1. OBJETIVO

Este relatório tem por finalidade apresentar os resultados obtidos no período compreendido entre Janeiro e Junho de 2018, a partir da implementação do Planejamento da Secretaria Nacional de Cidadania - SNC para o biênio 2017-2018, aprovado em junho de 2017 e publicado pela Portaria nº 24, de 05 de outubro de 2017.

1

2. INTRODUÇÃO

O processo de elaboração do Planejamento da Secretaria Nacional de Cidadania – SNC se iniciou em dezembro de 2016, quando os dirigentes, juntamente com seus coordenadores, realizaram uma análise de cenário de suas respectivas áreas, a fim de propor projetos estratégicos que focassem em entregas a serem realizadas até dezembro de 2018.

O planejamento foi estruturado de maneira a declarar a Visão de Futuro da Secretaria, a partir de um alinhamento de quais deveriam ser seus objetivos estratégicos, respectivos resultados esperados e projetos a serem implementados entre os anos de 2017 e 2018.

Após o trabalho interno à SNC, foi realizada uma Oficina, em parceria com a ENAP, que propiciou um espaço para um resgate das principais conquistas e desafios da Secretaria nos últimos 20 anos e um alinhamento em torno de objetivos, resultados e projetos a serem executados no biênio 2017-2018. O ambiente de reflexão, diálogo e construção coletiva foi estruturado de forma a possibilitar a participação dos diversos atores na elaboração dos resultados da Oficina: Secretária, Dirigentes e Coordenadores-Gerais.

Após a Oficina, o Plano foi detalhado e validado no Comitê de Coordenação, Planejamento e Orçamento (CCP), instância de governança da Secretaria Nacional de Cidadania responsável pela elaboração e monitoramento do Plano. Por fim, o Planejamento da SNC foi formalmente aprovado por meio da Portaria nº 24, de 05 de outubro de 2017.

As ações foram monitoradas mensalmente no âmbito do Comitê de Coordenação, Planejamento e Orçamento - CCP, composto pelos dirigentes da SNC e presidido pelo Secretário-Adjunto de Cidadania. Ao longo do segundo semestre de 2017, foram elaborados cinco Relatórios Mensais de Monitoramento e ao fim do semestre, o Relatório Semestral de Junho a Dezembro de 2017, contendo a evolução de todas as atividades e com destaque para os resultados já alcançados. Do mesmo modo, ao longo do primeiro semestre de 2018, foram disponibilizados cinco Relatórios Mensais de Monitoramento e este documento consiste no sexto relatório previsto para o semestre, o Relatório Semestral de Janeiro a Junho de 2018.

3. BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO

Objetivo 1 - Implementar políticas de proteção e defesa dos Direitos Humanos transversalizadas, de forma interinstitucional, interfederativa e intergovernamental, com enfoque nas mais graves violações.

Para alcançar o referido objetivo foi proposta a execução de 4 projetos, o primeiro relacionado ao aprimoramento da institucionalidade e gestão dos Programas de Proteção, o segundo ao fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o terceiro à implementação de ações de Combate ao Trabalho Escravo e o quarto à gestão de dados dos Programas de Proteção, a partir da implementação de sistemas de informação.

2

Projeto 1 - Aprimorar a Institucionalidade e Gestão dos Programas de Proteção.

Nível de Monitoramento – Secretário Nacional de Cidadania.

No contexto de ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro para o enfrentamento da violência contra vítimas e testemunhas e contra defensores de direitos humanos, foram criados o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA e o Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos - PPDDH, atualmente executados em parceria com Estados ou com Organizações da Sociedade Civil. Apesar dos avanços alcançados, no que se refere a essa política pública, alguns desafios precisam ser superados, a fim de aprimorar as ações de proteção a pessoas ameaçadas. Nesta perspectiva, foi proposto o projeto de aprimoramento da institucionalidade e da gestão dos referidos programas de proteção.

Como principais resultados alcançados para esse projeto no âmbito do PROVITA neste semestre, pode-se citar a manutenção, monitoramento in loco e acompanhamento da prestação de contas de 6 convênios do PROVITA nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná e Maranhão. No que se refere à capacitação de atores dos Ministérios Públicos, Poder Judiciário e Conselhos Deliberativos, foram realizadas capacitações nos estados do Acre, Maranhão e Rio Grande do Norte – a partir da Escola Superior do Ministério Público do Estado - na ocasião da visita de monitoramento do sistema PROVITA. Destaca-se que, como instâncias de participação social do PROVITA, o Colégio de Presidentes, Câmara Técnica e Fórum Permanente realizaram um total de 5 reuniões ao longo deste semestre, cumprindo assim a manutenção das suas atividades. No que tange as atividades de manter o PROVITA inserido no cenário internacional junto ao TPI e EUROPOL, aguarda-se manifestação do Ministério das Relações Exteriores acerca da tramitação do Acordo que credenciará o Programa brasileiro para receber testemunhas de crimes processados pelo Tribunal Internacional. As articulações junto aos Conselhos de Classe Profissionais medidas para emissão de documentos sigilosos foram retomados a partir de diálogos com a CONJUR/MDH, para viabilização jurídica para assinatura dos Acordos.

Ressalta-se, no âmbito do PPDDH, a conclusão da atividade referente ao acompanhamento e monitoramento da execução de 6 convênios do PPDDH propostos no

Planejamento. Foram produzidos os relatórios de monitoramento in loco dos Programas Estaduais do Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco, e por último, neste semestre do Programa Federal. No que tange ao aperfeiçoamento do marco legal do PPDDH, houve um avanço expressivo com a elaboração, finalização e encaminhamento da Minuta de PL, a qual aguarda análise por parte da Secretaria-Executiva do MDH. No que se refere ao aprimoramento dos canais de participação social do PPDDH, foram realizadas 3 reuniões do Grupo de Trabalho e a proposta de metodologia da participação social foi finalizada e encaminhada para apreciação no âmbito do Comitê Brasileiro e posteriormente ao CNDH.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 1.1 - Acompanhar e Monitorar a Execução dos Convênios do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA.
Entrega Prevista: Manutenção, Monitoramento In Loco e Acompanhamento da Prestação de Contas de 14 convênios do PROVITA.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Wellington Pantaleão.
Histórico da Implementação: No período de Janeiro a Junho, foram confeccionados os Relatórios de Monitoramento e Avaliação dos seguintes estados: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná e Maranhão. Portanto, foi acompanhada a execução de um total de 6 (seis) Convênios. Por fim, a Coordenação-Geral de Proteção à Testemunhas - CGPT criou um instrumental para auxiliar na antecipação de problemas relacionados à aplicação dos recursos aplicados por rubrica.
Resultado: 6 (Seis) Relatórios Entregues.
Percentual de Execução: 43%.
- 1.2 - Acompanhar e Monitorar a Execução dos Convênios do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH.
Entrega Prevista: Manutenção, Monitoramento In Loco e Acompanhamento de 6 Convênios do PPDDH.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Raiana Falcão.
Histórico da Implementação: No último semestre de 2017, foi concluído o monitoramento e acompanhamento da execução de todos os 5 (cinco) convênios estaduais propostos no Planejamento, isto é, dos estados do Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco. Em abril deste ano, foi concluído o acompanhamento e monitoramento do Programa Federal.
Resultado: 6 (Seis) Relatórios de Monitoramento Entregues.
Percentual de Execução: 100%
- 1.3 - Capacitar Gestores e Executores dos Programas em relação aos novos Marcos Legais, aos Fluxos Estabelecidos para Formalização, Monitoramento e Prestação de Contas, em relação às Metodologias do PROVITA.

Entrega Prevista: Capacitação de Atores dos Ministérios Públicos, Poder Judiciário e Conselhos Deliberativos.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Wellington Pantaleão.

Histórico da Implementação: A fim de implementar esta atividade, foi iniciada tratativas junto às Escolas Superiores dos Ministérios Públicos para tratar acerca da qualificação das portas de entrada. Com relação à formação dos gestores, a Coordenação tem realizado a ação quando da visita de monitoramento, neste semestre foram visitados e monitorados os estados do Acre, em Abril e do Maranhão, em Junho.

Resultado: 2 (Duas) Capacitações Realizadas.

Percentual de Execução: 18%

- 1.4 - Capacitar Gestores e Executores dos Programas em relação aos novos Marcos Legais, aos Fluxos Estabelecidos para Formalização, Monitoramento e Prestação de Contas, em relação às Metodologias do PPDDH.

Entrega Prevista: Realização do Encontro Nacional das equipes para capacitação de atores do PPDH - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Raiana Falcão.

Histórico da Implementação: O Encontro estava previsto para Abril de 2018, entretanto foi adiado e nova data está pendente de definição. Foram realizadas as primeiras reuniões para pensar no formato do Encontro Nacional.

Resultado: Atividade: Organização da Capacitação do PPDDH e Realização do Encontro Nacional permanecem em andamento.

Percentual de Execução: 33%

- 1.5 - Manter em funcionamento as Instâncias de Participação Social do PROVITA - Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, tais como Colégio de Presidentes, Câmara Técnica e Fórum Permanente.

Entrega Prevista: Reuniões das instâncias realizadas.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Wellington Pantaleão

Histórico da Implementação: Neste semestre, houve 1 Reunião da Câmara Técnica, em Janeiro e 1 do Colégio de Presidentes, em Abril. Na ocasião do Encontro Nacional do PROVITA, em Junho, ocorreram agendas em todas as Instâncias, totalizando 3 Reuniões: 1 do Colégio de Presidentes, 1 da Câmara Técnica e 1 do Fórum Permanente. Portanto, foram realizadas ao longo deste semestre um total de 5 Reuniões dessas Instâncias. Ainda estão previstas mais 3 Reuniões para o segundo semestre de 2018.

Resultado: No segundo semestre do ano passado, foram realizadas 4 Reuniões das Instâncias. Neste semestre, foram realizadas 5 Reuniões, totalizando 9 Reuniões: 4 do Colégio de Presidentes; 3 do Fórum Permanente e 2 da Câmara Técnica.

Percentual de Execução: 75%

- 1.6 - Formalizar Comissão com participação de Estados, Entidades Executoras e outros Órgãos para Estudo e Proposição de Aperfeiçoamento Legislativo para os Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas, quanto aos seus Fluxos, Procedimentos, Pactuação e Instrumento de Transferência de Recursos.

Entrega Prevista: Portaria publicada com membros designados.

Atividade Iniciada em Junho/17

Término Previsto para Dezembro/18

Responsável pela Atividade: Herbert Barros

Histórico da Implementação: Ao longo do semestre não houve avanço nas atividades referentes à formalização da Comissão.

Resultado: Sem Avanços no Período.

Percentual de Execução: 20%

- 1.7 - Fazer o Encaminhamento das Proposições resultantes do Grupo de Trabalho Interno às Secretarias Nacionais para aprimoramento da Gestão dos Programas de Proteção.

Entrega Prevista: Relatório apresentado e Encaminhamentos realizados.

Atividade Iniciada em Dezembro/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Herbert Barros.

Histórico da Implementação: Neste semestre, não houve avanços expressivos na atividade, no entanto, em que pese a suspensão da atividade do grupo, seus encaminhamentos seguem sendo tratados tanto pela SNC, quanto pela SPO (CGTVM). Uma minuta de portaria foi elaborada pela SPO, enquanto a SNC avança na pactuação com o MPDG (DTV) para realizar ajuste no Decreto 6170, tendo em vista incluir a possibilidade de edição de ato específico conjunto (MDH, MPDG e CGU) para o conveniamento e a prestação de contas dos 3 programas de proteção.

Resultado: Uma Minuta de Portaria foi elaborada, bem como têm sido realizados os encaminhamentos referentes ao conveniamento e prestação e contas, tendo em vista o aprimoramento dos Programas de Proteção.

Percentual de Execução: 0%

- 1.8 - Aperfeiçoar o Marco Legal do PPDDH - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Entrega Prevista: Proposta de Substitutivo ao PL 4.575/2009 apresentada ao Ministro.

Atividade Iniciada em Fevereiro/18.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Raiana Falcão.

Histórico da Implementação: Neste semestre, houve alteração na entrega prevista, de encaminhamento da proposta ao Congresso para sua apresentação ao Ministro dos Direitos Humanos. A Minuta de PL foi elaborada, validada internamente e encaminhada para Secretaria Executiva do Ministério para discussão no âmbito desta.

Percentual de Execução: 75%

Resultado: Minuta de PL encaminhada para a Secretaria Executiva do Ministério.

- 1.9 - Aprimorar os Canais de Participação Social no PPDDH - Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.
Entrega Prevista: Proposta de metodologia da participação social finalizada.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Raiana Falcão.
Histórico da Implementação: Neste semestre foram realizadas mais 2 Reuniões do Grupo de Trabalho instituído em 2017 para a construção da proposta de metodologia. A proposta foi finalizada pelo GT e seguirá para apreciação no âmbito do Comitê Brasileiro e posteriormente ao Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH.
Resultado: 3 Reuniões do GT e Proposta de Metodologia Encaminhada.
Percentual de Execução: 83%
- 1.10 - Publicar Portaria que regulamenta o Decreto 8.724/2016.
Entrega Prevista: Portaria Publicada.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Outubro/17.
Responsável pela Atividade: Mariana Bizinoto.
Histórico da Implementação: Atividade Concluída.
Resultado: Portaria nº 399 publicada no DOU em 16/11/17.
Percentual de Execução: 100%
- 1.11 - Manter o PROVITA - Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas inserido no Cenário Internacional, em especial junto ao TPI - Tribunal Penal Internacional e à EUROPOL.
Entrega Prevista: Credenciamento do PROVITA para acolhimento de testemunhas de crimes investigados pelo TPI- Tribunal Penal Internacional realizado.
Atividade Iniciada em Junho/17
Término Previsto para Dezembro/18
Responsável pela Atividade: Wellington Pantaleão.
Histórico da Implementação: A proposta de acordo está parada entre o DNU e a ASJUR do MRE há nove meses. Faz-se necessária alguma gestão por parte da SNC junto à Subsecretaria responsável, a fim de se tomar providências. As primeiras tratativas para credenciar o PROVITA ao TPI datam de 2008, ou seja, 10 anos atrás. Ademais, foi realizado nos Estados Unidos, Conferência da Europol em Maio, mas não foi possível a participação tendo em vista a não aprovação das passagens aéreas.
Resultado: Atividade aguardando andamento da tramitação da proposta de Acordo TPI junto a CONJUR/MRE. Sem avanços significativos no período.
Percentual de Execução: 0%
- 1.12 - Articular junto aos Conselhos de Classe Profissionais Medidas para Emissão de Documentos Sigilosos para PROVITA - Programa de Proteção às Vítimas.
Entrega Prevista: 3 Acordos Celebrados para Emissão de Carteiras de Identidade Profissionais Sigilosas.
Atividade Iniciada em Junho/17

Término Previsto para Abril/18

Responsável pela Atividade: Wellington Pantaleão.

Histórico da Implementação: No mês de Abril, em reanálise dos processos nos quais foram apreciados pela antiga coordenação da CONJUR/MDH, verificamos que o órgão interno determinou que antes de formalizarmos acordo com os Conselhos Federais, deveríamos alterar a Lei nº 9.807/99. Tentamos buscar apoio na Polícia Federal por meio de um parecer, o que ensejou neste momento, que a CGPT encaminhasse uma nova consulta à CONJUR/MDH ponderando a impossibilidade de alteração legal à curto e médio prazo, bem como os efeitos negativos diante de tal comando.

Realizamos em Maio, diálogo com a Consultoria Jurídica do MDH a fim de que pudéssemos ter um novo parecer autorizativo para a emissão dos documentos sigilosos aos profissionais do PROVITA. Até o momento, a ação está comprometida por ausência de parecer jurídico autorizativo.

Resultado: Atividade aguardando resposta dos órgãos e áreas consultadas.

Percentual de Execução: 57%

Projeto 2 - Fortalecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Nível de Monitoramento – Diretor (a).

A implementação deste projeto busca fortalecer as estruturas do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT) em funcionamento e expandir a rede de prevenção e combate à tortura no país. O SNPCT foi instituído pela Lei nº 12.847 de 02 de agosto de 2013, com o objetivo de fortalecer a prevenção e o combate à tortura, por meio da atuação cooperativa de seus integrantes – órgãos ou entidades com atribuições de realizar o monitoramento, a supervisão e o controle de estabelecimentos e unidades onde se encontrem pessoas privadas de liberdade. No segundo semestre de 2017, foram alcançados resultados importantes no âmbito desta política pública. No intuito de expandir a rede de Prevenção e Combate à Tortura, foi lançado o Pacto Nacional para Prevenção e Combate à Tortura, publicado pela Portaria nº 346 em 19 de setembro de 2017. Até dezembro de 2017, os Estados do Rio de Janeiro e do Pará concretizaram a adesão, se comprometendo a criar ou fortalecer Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura, estabelecer Plano Estadual de Ações Integradas para Prevenção e Combate à Tortura e aderir ao SNPCT.

Neste semestre, mais 2 Estados – o Maranhão e o Ceará – aderiram ao Pacto Nacional para Prevenção e Combate à Tortura. Ainda entre as conquistas do último semestre, ressalta-se a adesão do Estado do Espírito Santo ao SNPCT. Ademais, foram entregues 3 Produtos de Revisão do PAIPCT pela consultoria contratada, bem como encontra-se em elaboração a Minuta do II PAIPCT. Além disso, foram realizadas 2 Reuniões do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – CNPCT, nos meses de Março e Abril. Por fim, realizou-se no início de Julho, o III Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura, organizado pela Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Violência Institucional. Dentre seus objetivos, pretendeu-se pautar algumas atividades previstas no Planejamento da Secretaria, como o estabelecimento de uma Metodologia de Monitoramento de Implementação do Pacto e a elaboração de Diretrizes para Criação e Atuação dos Comitês Estaduais.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 2.1 - Organizar e Lançar o Pacto Nacional para Prevenção e Combate à Tortura.
Entrega Prevista: Pacto Publicado no Diário Oficial da União.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Setembro/17.
Responsável pela Atividade: Karolina Castro.
Histórico da Implementação: Pacto Publicado na Portaria nº 346 de 19/09/2017.
Resultado: Atividade Concluída. Portaria publicada em Setembro de 2017.
Percentual de Execução: 100%
- 2.2 - Articular a Adesão ao Pacto.
Entrega Prevista: 5 Estados Aderentes ao Pacto.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Karolina Castro.
Histórico da Implementação: Neste semestre, foi realizado ajuste na entrega da atividade de 10 Estados para 5 Estados aderentes ao Pacto. Isto posto, 2 Estados aderiram ao Pacto, neste primeiro semestre. Em Março, o Estado do Maranhão e em Junho, o Estado do Ceará. Totalizando até o momento 4 Estados aderentes ao Pacto.
Resultado: No último semestre de 2017, tiveram 2 Adesões ao Pacto (RJ e GO). Neste semestre, mais 2 Adesões ao Pacto (MA e CE).
Percentual de Execução: 80%
- 2.3 - Estabelecer Metodologia de Monitoramento da Implementação do Pacto.
Entrega Prevista: Metodologia Estabelecida e Divulgada.
Atividade Iniciada em Setembro/2017.
Término Previsto para Dezembro/2018.
Responsável pela Atividade: Karolina Castro.
Histórico da Implementação: Neste primeiro semestre, não houve avanço da atividade nos primeiros meses. Em Maio, a metodologia de monitoramento do Pacto foi esboçada tendo em vista a sua discussão e articulação no III Encontro dos Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura que ocorreu em Julho.
Resultado: Metodologia em processo de elaboração e discussão.
Percentual de Execução: 50%
- 2.4 - Monitorar as Adesões ao Pacto e seu Cumprimento.
Entrega Prevista: Monitoramento das 5 Adesões Realizado.
Atividade Iniciada em Agosto/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Karolina Castro.
Histórico da Implementação: Neste semestre, foi realizado ajuste na entrega da Atividade 2.2 de 10 Estados para 5 Estados aderentes ao Pacto. Portanto, alterou-se

proporcionalmente, a entrega desta atividade para o Monitoramento das 5 Adesões ao Pacto, e não 10. O Monitoramento somente iniciará após a metodologia estabelecida.

Resultado: Monitoramento não iniciado, aguardando definição de metodologia.

Percentual de Execução: 0%

- 2.5 - Articular a Adesão dos Comitês e Mecanismos Estaduais ao SNPCT - Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura.

Entrega Prevista: 4 Adesões ao SNPCT.

Atividade Iniciada em Agosto/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Karolina Castro

Histórico da Implementação: Neste semestre, houve um ajuste na entrega da atividade de 7 Adesões ao SNPCT para 4 Adesões. Em Janeiro, o Estado do Espírito Santo aderiu ao SNPCT. E nos demais meses, não houve avanço na atividade.

Resultado: No segundo semestre de 2017, houve a adesão do Comitê Estadual do Amazonas. Neste semestre, houve a adesão do Estado do Espírito Santo.

Percentual de Execução: 50%

- 2.6 - Auxiliar os Estados a Criarem e Fortalecerem as Instâncias de Prevenção e Combate à Tortura.

Entrega Prevista: Apoio a pelo menos 5 Estados.

Atividade Iniciada em Agosto /17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Karolina Castro.

Histórico da Implementação: Foi realizado ajuste na entrega desta atividade de 10 Estados para 5 Estados apoiados. Nos primeiros meses deste semestre, não houve avanços na atividade. Já em Maio, na Reunião dos Gestores Estaduais de Direitos Humanos reforçou-se a importância da criação e apoio às instâncias de prevenção e combate à tortura. Em Junho, a Coordenação-Geral de Combate à Tortura e Violência Institucional (CGCTVI) esteve presente no I Seminário de Prevenção e Combate à Tortura no Ceará, ocorrida nos dias 25 e 26 de Junho, na ocasião articulou-se a adesão ao Pacto e reforçou-se a importância do fortalecimento das estruturas existentes.

Resultado: No segundo semestre de 2017, foi confeccionado um Guia para subsidiar os estados a criarem Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura. Neste semestre, o Estado do Maranhão e Ceará aderiram ao Pacto.

Percentual de Execução: 0%

- 2.7 - Criar, em conjunto com o CNPCT - Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, Diretrizes para Criação e Atuação dos Comitês Estaduais.

Entrega Prevista: Diretrizes Publicadas.

Atividade Iniciada em Agosto/17.

Término Previsto para Maio/18.

Responsável pela Atividade: Karolina Castro.

Histórico da Implementação: Nos primeiros meses deste semestre, as diretrizes estavam em elaboração pelo CNPCT. Em Maio, havia reunião agendada com a

sociedade civil para tratar deste tema, entretanto esta foi desmarcada a pedido da mesma. Em Junho, previa-se a abordagem deste tema durante o III Encontro dos Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura. Esta atividade está atrasada com relação ao término previsto (Maio/18) para sua entrega.

Resultado: Minuta de Diretrizes em elaboração.

Percentual de Execução: 33%

- 2.8 - Revisar o PAIPCT - Plano de Ações Integradas para a Prevenção e Combate a Tortura.

Entrega Prevista: Minuta de Plano Revisada.

Atividade Iniciada em Outubro/17.

Término Previsto para Maio/18.

Responsável pela Atividade: Karolina Castro.

Histórico da Implementação: Em Janeiro, foi entregue o 2º Produto pela Consultoria. Em Fevereiro, foi entregue o 3º Produto e em Maio, foi entregue o 4º Produto. Todos os produtos entregues até o momento estão aprovados. O 5º Produto está em elaboração. Esta atividade está atrasada com relação ao término previsto (Mai/18) para sua entrega.

Resultado: No segundo semestre de 2017, foi entregue o Produto 1 da Consultoria Contratada. Neste semestre, foram entregues os Produtos 2, 3 e 4.

Percentual de Execução: 71%

- 2.9 - Organizar e Realizar Consultas públicas ao II PAIPCT - Plano de Ações Integradas para a Prevenção e Combate a Tortura.

Entrega Prevista: Divulgação da Consulta Pública e Sistematização de Propostas.

Atividade Iniciada em Maio/18.

Término Previsto para Julho/18.

Responsável pela Atividade: Karolina Castro.

Histórico de Implementação: A atividade se iniciaria em Maio, entretanto devido ao atraso na entrega do Produto 4 da Atividade 2.8, a mobilização ficou programada para ocorrer no III Encontro dos Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura.

Resultado: Mobilização Programada para Julho de 2018.

Percentual de Execução: 0%

- 2.10 – Apresentar Minuta do II PAIPCT - Plano de Ações Integradas para a Prevenção no Combate a Tortura para o CNPCT.

Entrega Prevista: Minuta de Plano apresentado ao CNPCT.

Atividade Iniciada em Maio/18.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Karolina Castro.

Histórico de Implementação: Neste semestre, houve ajuste na Entrega Prevista da Atividade, de Aprovação do II PAIPCT no CNPCT para a Apresentação de Minuta do II PAIPCT ao CNPCT. A atividade iniciou-se em Maio de 2018, no mês de Junho, a Minuta estava em elaboração para apresentação em Reunião ao CNPCT.

Resultado: Minuta de Plano em Elaboração.

Percentual de Execução: 40%

- 2.11 - Analisar Administrativamente Medidas para a Independência Orçamentária do MNPCT - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura.
Entrega Prevista: Proposta Estruturada.
Atividade Iniciada em Janeiro/18.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Karolina Castro e MNPCT.
Histórico de Implementação: Atividade com início previsto para Junho de 2018, entretanto, não houve avanços no Período.
Resultado: Atividade sem Avanços no Período.
Percentual de Execução: 0%
- 2.12 - Articular e Preparar Reunião Ordinária do SNPCT - Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Tortura.
Entrega Prevista: 1 Reunião Realizada.
Atividade Iniciada em Maio/18.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Karolina Castro.
Histórico da Implementação: Neste semestre, houve ajuste na Entrega Prevista da Atividade de 2 Reuniões para 1 Reunião Realizada. Em Fevereiro, a SNC participou de reunião com o DEPEN e reforçou a importância de realizar as tratativas para a reunião de 2018. A atividade estava programada para iniciar em Maio de 2018, até o momento não houve avanços na atividade. Ao longo do mês de Julho será organizada a Reunião do SNPCT prevista para Agosto. O foco será dado à redação de um Regimento Interno.
Resultado: No segundo semestre de 2017, realizaram-se 3 Reuniões Preparatórias.
Percentual de Execução: 33%
- 2.13 - Organizar Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do CNPCT - Comitê Nacional de Prevenção e Combate a Tortura, bem como exercer atividades de Secretariado Executivo.
Entrega Prevista: 10 Reuniões Realizadas.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Karolina Castro.
Histórico de Implementação: Neste semestre, houve 3 Reuniões do CNPCT, nos meses de Março, Abril e Junho. A RPO 8 encontra-se em Preparação.
Resultado: No segundo semestre de 2017, foram realizadas 4 Reuniões Ordinárias e 1 Extraordinária. Neste semestre, foram realizadas 3 Reuniões Ordinárias.
Percentual de Execução: 70%
- 2.14 - Articular Reunião Técnica sobre Protocolo de Istambul para Auxiliar na sua Difusão.
Entrega Prevista: Reunião Realizada.
Atividade Iniciada em Abril/18.
Término Previsto: Julho/18.

Responsável pela Atividade: Karolina Castro.

Histórico de Implementação: Atividade iniciou-se em Abril de 2018, o Termo de Referência foi elaborado entre os meses de Abril e Maio, sendo finalizado em Junho. No momento, aguardam-se as contribuições dos especialistas.

Resultado: Termo de Referência Finalizado.

Percentual de Execução: 25%

- 2.15 - Realização do III Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura.

Entrega Prevista: Evento Realizado.

Atividade Iniciada em Maio/18.

Término Previsto: Setembro/18.

Responsável pela Atividade: Karolina Castro.

Histórico de Implementação: A Atividade foi incluída no Planejamento, neste semestre. Em Março, houve reuniões realizadas com o MNPCT e com o Grupo de Trabalho de Planejamento do CNPCT. Em Abril, a proposta para realização do evento foi aprovada pelo CNPCT. A Comissão de Organização reuniu-se 5 vezes e elaborou a programação do evento: discussão de temas e composição das mesas. Em Junho, o evento havia sido organizado e estava previsto para os dias 3, 4 e 5 de Julho.

Resultado: Atividade Realizada em Julho de 2018.

Percentual de Execução: 67%

Projeto 3 – Implementar o Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo.

Nível de Monitoramento – Diretor (a).

Prevenir e combater o Trabalho Escravo no Brasil é tarefa árdua que demanda esforços articulados de diversos atores no intuito de implementar ações interinstitucionais e interfederativas que enfrentem este problema. Tendo isso em vista, em dezembro de 2016 foi lançado o Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, com o intuito de fortalecer e institucionalizar a política de combate ao Trabalho Escravo em todo o país.

Atualmente, 23 (vinte e três) Estados aderiram ao Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo. No segundo semestre de 2017, os Estados de Sergipe e Roraima realizaram a adesão. Neste semestre, não houve adesões, entretanto continuam em andamento os processos de articulação com os Estados que ainda não assinaram o Pacto para a sua adesão.

Neste último semestre, articulou-se com órgãos e instituições a produção de dados sobre Trabalho Escravo. Em Abril, foi realizado um Workshop sobre Trabalho Escravo no Âmbito Doméstico, a partir disso foram apresentadas algumas bases de dados pelas seguintes instituições: Ministério do Desenvolvimento Social, Defensoria Pública Geral da União, Ministério do Trabalho e OIT. Além disso, em reunião do Grupo de Trabalho sobre levantamento de ações penais, coordenado pela Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo (CGCTE), encaminhou-se que seria levada uma Minuta de Termo de Cooperação para

validação e celebração com os Tribunais Regionais Federais e o Conselho de Justiça Federal, tendo em vista se ter em caráter contínuo o acesso aos dados sobre as ações penais.

Ainda acerca dos resultados alcançados neste último semestre, ressalta-se no âmbito da atividade de apoio à criação de novas Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAES), que foram realizadas articulações diversas visando estimular a criação de tais Comissões. Em Abril, foi realizada uma Reunião de Articulação com o Estado de Pernambuco – PE com 3 Representantes da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, 1 Representante da COETRAE/BA e o Ministério dos Direitos Humanos – MDH. Em Maio, realizou-se uma Reunião de Articulação com o Estado de Sergipe – SE com 2 Representantes da Secretaria das Mulheres, Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos e o MDH. Além disso, tendo em vista auxiliar na formação, criação e instalação das COETRAES, bem como o fortalecer a política local foi realizada reunião junto à OIT com o Coordenador do Programa de Combate ao Trabalho Forçado, a fim de buscar apoio técnico.

Ademais, o MDH em parceria com a OIT, COETRAE/BA, Ministério Público do Trabalho – MPT, *The Global Action to Prevent and Address Trafficking in Persons and the Smuggling of Migrants* – GLO.ACT e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP, está organizando o V Encontro das COETRAES, previsto para os dias 04 a 06 de Setembro de 2018. A CGCTE elaborou o Projeto para aprovação da GLO.ACT, a qual irá financiar mais de 60% do valor total do Projeto. Além disso, a Coordenação já iniciou amplo processo de articulação com os estados, bem como está realizando periodicamente reuniões com vistas à elaboração conjunta do conteúdo programático. A CGCTE elaborou o Projeto que foi aprovado pela iniciativa GLO.ACT, o qual terá financiamento de 90% pela GLOACT, OIT e MPT, o qual garantirá a presença de todas as Coetraes e Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, contando com representantes do segmento governamental e sociedade civil.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- **3.1 - Articular Politicamente para a Aprovação do Substitutivo do PLS 432/2013 que mantém Conceito de Trabalho Escravo.**

Entrega Prevista: Relatório sobre Ações de Mobilização e Articulações Políticas; e Material para Reforçar o Conceito de Trabalho Escravo produzido.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Andreia Minduca.

Histórico da Implementação: Neste semestre, houve alteração na Entrega Prevista da Atividade de 4 Reuniões de Articulação, para 1 Relatório sobre Ações de Mobilização e Articulações Políticas; e Material para Reforçar o Conceito de Trabalho Escravo produzido. Ademais, em decorrência do atual cenário do Congresso Nacional recomenda-se cautela na tramitação de PL's ligados ao tema, pelo perigo de aprovação da mudança no conceito de trabalho escravo. No momento, o PLS encontra-se parado, de modo que só serão realizadas novas articulações caso o projeto volte a tramitar.

Resultado: Não houve Avanços na Atividade.

Percentual de Execução: 0%

- 3.2 - Avaliar o II Plano Nacional e elaborar o III Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

Entrega Prevista: III Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo Aprovado.
Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Andreia Minduca.

Histórico da Implementação: Neste semestre, não houve avanço no período de Janeiro a Abril. Em Maio, iniciaram-se os procedimentos de avaliação e monitoramento do II Plano para a criação do III Plano. A Consultoria está sendo financiada e acompanhada por meio da OIT, utilizando-se da plataforma criada pela Comissão Pastoral da Terra. O resultado estava previsto para ser apresentado no mês de Agosto/2018, mas foi adiado para o mês de Dezembro/2018.

Resultado: Consultoria Contratada e Avaliação do II Plano em Andamento.

Percentual de Execução: 25%

- 3.3 - Articular Parcerias com Órgãos e Instituições para Produção de Dados sobre Trabalho Escravo.

Entrega Prevista: 7 Parcerias Institucionais para Produção de Dados, Pesquisas e Indicadores sobre Trabalho Escravo Firmadas.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Junho/18.

Responsável pela Atividade: Andreia Minduca.

Histórico da Implementação: Em Abril, foi realizado um Workshop sobre Trabalho Escravo no Âmbito Doméstico, a partir disso foram apresentadas algumas bases de dados pelas seguintes instituições: Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Defensoria Pública Geral da União (DPU), Ministério do Trabalho (MTB) e OIT. Além disso, em reunião do Grupo de Trabalho sobre levantamento de ações penais, coordenado pela Coordenação-Geral de Combate ao Trabalho Escravo (CGCTE), encaminhou-se que seria levada uma Minuta de Termo de Cooperação para validação e celebração com os Tribunais Regionais Federais e o Conselho de Justiça Federal (CJF), tendo em vista se ter em caráter contínuo o acesso aos dados sobre as ações penais.

Resultado: Levantamento de Parceiros Realizado.

Percentual de Execução: 20%

- 3.4 - Mapear Pesquisas e Definir Projeto do Observatório do Trabalho Escravo.

Entrega Prevista: Mapeamento das Pesquisas Existentes sobre Trabalho Escravo; Definição de Projeto para Observatório do Trabalho Escravo Finalizado; Lançamento de Plataforma Digital com Acervo de Produções de Instituições Governamentais, de Pesquisa e da Sociedade Civil sobre Trabalho Escravo Contemporâneo.

Atividade Iniciada em Agosto/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Andreia Minduca.

Histórico da Implementação: Em Abril, realizou-se Workshop sobre Trabalho Doméstico em Condição Análoga à Escravidão tendo em vista a coleta de dados sobre a temática e o auxílio no desenho das parcerias com instituições atuantes no tema.

Resultado: Não houve Avanços no Período.

Percentual de Execução: 0%

- 3.5 - Articular com os Estados a Assinatura do Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

Entrega Prevista: Adesão de 6 Estados ao Pacto.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Andreia Minduca.

Histórico da Implementação: Neste semestre, não houve novas adesões ao Pacto. Entretanto, continuam os processos de articulação com os Estados que ainda não assinaram o Pacto para que estes venham a aderir.

Resultado: No segundo semestre de 2017, foram realizadas 2 novas adesões (Sergipe e Roraima). Neste semestre, não houve novas adesões ao Pacto.

Percentual de Execução: 33%

- 3.6 - Apoiar a Criação de Novas COETRAES - Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo.

Entrega Prevista: 11 Novas COETRAEs Criadas.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Andreia Minduca.

Histórico da Implementação: Em Abril, foi realizada uma Reunião de Articulação com o Estado de PE com 3 Representantes da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, 1 Representante da COETRAE/BA e o MDH. Em Maio, realizou-se uma Reunião de Articulação com o Estado de SE com 2 Representantes da Secretaria das Mulheres, Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos e o MDH. Além disso, tendo em vista auxiliar na formação, criação e instalação das COETRAES, bem como fortalecer a política local foi realizada reunião junto à OIT, a fim de buscar apoio técnico. Ademais, o MDH em parceria com a OIT, COETRAE/BA, MPT, GLO.ACT e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP, está organizando o V Encontro das COETRAES, previsto para os dias 04 a 06 de Setembro de 2018.

Resultado: No segundo semestre de 2017, foi implantada a COETRAE em Rondônia. Neste semestre, realizaram-se reuniões de articulação visando à formação, criação e instalação de COETRAES, bem como o fortalecimento da política local.

Percentual de Execução: 18%

- 3.7 - Apoiar a Criação de Planos Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo.

Entrega Prevista: 10 Novos Planos Estaduais Criados.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Andreia Minduca.

Histórico da Implementação: O Encontro Nacional das COETRAES, previsto para Setembro/2018 ajudará na articulação com os Estados para o fortalecimento das COETRAES Estaduais e consequente criação dos Planos Estaduais. A Comissão Estadual do Pará realizou nos dias 25 e 26 de Abril de 2018, a Oficina de Trabalho para validação do PEETE/PA, brevemente será lançado oficialmente.

Resultado: No segundo semestre de 2017, 1 Novo Plano foi lançado (CE). Neste semestre, foi validado em Oficina, o PEETE/PA, que está pendente de lançamento.

Percentual de Execução: 10%

Projeto 4 – Implementação de Sistemas de Informação dos Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas.

Nível de Monitoramento: Diretor (a).

A implementação deste projeto busca facilitar o acompanhamento e a execução dos Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas por meio da obtenção de dados do funcionamento dos Programas Estaduais e Federais. A obtenção desses dados é essencial para o monitoramento e avaliação da política pública de proteção, propiciando seu aprimoramento.

No último semestre, o Sistema de Informação do PPDDH, denominado IDEHA, foi finalizado e validado, de modo que está pendente apenas a sua publicação por meio de Portaria. O início de sua implementação está previsto para Agosto/2018. No que se refere, ao Banco de Dados do PROVITA, denominado SISNAVIT, a utilização de sua plataforma está prevista para a partir de Junho/2018. Ademais, já estão contratadas as Consultorias que irão realizar as capacitações para a utilização dos respectivos Sistemas (IDEHA e SISNAVIT).

- 4.1 - Finalizar o Sistema de Informações do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH).

Entrega Prevista: Sistema Validado.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Outubro/18.

Responsável pela Atividade: Raiana Falcão.

Histórico da Implementação: Entre Janeiro e Maio, o Sistema IDEHA estava em fase de testes, aguardando correções, ao longo desse período foi finalizado e validado. Em Junho, a Portaria que instituirá o Sistema constava em elaboração.

Resultado: Portaria que instituirá o Sistema em elaboração.

Percentual de Execução: 67%

- 4.2 - Capacitar Equipes Técnicas para Utilização do IDEHA.

Entrega Prevista: 6 Equipes Capacitadas.

Atividade Iniciada em Janeiro/18.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Raiana Falcão.

Histórico da Implementação: Em Janeiro e Fevereiro, não houve avanço no período tendo em vista que o Termo de Cooperação com a União Europeia havia sido assinado recentemente. Em Março, a publicação do edital para contratação de Consultores estava em andamento e a cargo do Ministério do Planejamento. Em Abril, foram selecionadas as Consultoras e em Junho, contrataram-se as Consultoras para realizar as capacitações.
Resultado: Realizada Contratação de Consultoria para Capacitação das Equipes.
Percentual de Execução: 14%

- 4.3 - Implementar o Sistema de Informações do PPDDH nos estados que executam o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos e no Programa Federal.

Entrega Prevista: Sistema Implantado.

Atividade Iniciada em Junho/18.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Raiana Falcão.

Histórico da Implementação: Em Janeiro e Fevereiro, não houve avanços em razão do Termo de Cooperação com a União Europeia ter sido assinado recentemente. Em Março, a publicação do edital para contratação de Consultores encontrava-se em elaboração e a cargo do Ministério do Planejamento. Em Abril, foram selecionadas as Consultoras. O início da implementação do Sistema está previsto para Agosto.

Resultado: Neste semestre, foi realizada contratação de Consultoria. A Implementação do Sistema está prevista para Agosto.

Percentual de Execução: 25%

- 4.4 - Implementar o Banco Nacional de Dados do PROVITA - Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Entrega prevista: Sistema Implementado.

Atividade iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela atividade: Wellington Pantaleão.

Histórico da implementação: Em Janeiro e Fevereiro, em razão de problemas técnicos, o SISNAVIT não pôde ser colocado para testes. Em Março, a primeira versão do sistema foi finalizada. Em Abril, a CGPT formalizou consulta à CONJUR/MDH quanto à viabilidade de instituição do SISNAVIT por meio de uma Portaria Ministerial. Foi obtida a confirmação e submetida uma proposta de Acordo de Cooperação Técnica ao referido órgão, do qual também foi obtida manifestação favorável. Em Maio e Junho, o SISNAVIT encontrava-se em fase de testes e com previsão de utilização de sua plataforma a partir de Junho. Ademais, os acordos de Cooperação estavam em processo de assinatura junto às Secretarias de Estado e Organizações da Sociedade Civil.

Resultado: Sistema em fase de testes, previsão de uso da plataforma do SISNAVIT em Junho/18. Os acordos de Cooperação estão em processo de assinatura junto às Secretarias de Estado e Organizações da Sociedade Civil.

Percentual de Execução: 60%

Objetivo 2 - Implementar políticas de promoção dos direitos humanos transversalizadas de forma interinstitucional, interfederativa e intergovernamental, com enfoque na valorização e respeito às diversidades.

Para alcançar o referido Objetivo, foram propostos 10 Projetos voltados à Promoção dos Direitos Humanos. Três deles estão relacionados à Educação em Direitos Humanos: a Implementação do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC_DH), a Implementação do Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Paz e dos Direitos Humanos e a Realização da 12ª Mostra Cinema e Direitos Humanos.

Os demais Projetos do Objetivo 2 são voltados para diferentes temáticas vinculadas à Secretaria Nacional de Cidadania, os quais estão descritos a seguir: Elaboração e Implantação de uma Nova Concepção de Metodologia da Política Nacional para a População em Situação de Rua com o intuito de garantir dignidade a este público específico; Realização de Busca e Identificação de Desaparecidos Políticos que visa dar continuidade às ações coordenadas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Erradicação do Subregistro Civil de Nascimento, focado em ações para os públicos em situação de vulnerabilidades e ao atendimento adequado à tais populações prioritárias; Fortalecimento das Discussões sobre Diversidade Religiosa e Estado Laico; Formalização do Pacto Nacional de Combate à LGBTFobia no intuito de enfrentar a violência LGBTFóbica e reforçar os direitos dessa população; Implementação de Ações de Fomento e Fortalecimento da Temática de Empresas e Direitos Humanos a partir da elaboração de uma Plano de Recomendações sobre o tema, bem como a publicização dos princípios orientadores da temática; por fim, a Celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, através de iniciativas específicas.

Projeto 1 – Instituir o Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC_DH).

Nível de Monitoramento – Diretor (a).

A SNC, por meio da sua Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos-CGEDH, tem realizado desde 2017, esforços objetivando a implantação do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC_DH). Em Dezembro de 2017, a SNC consolidou parceria com a ENAP para a execução deste projeto. Ao final deste semestre, se deu o lançamento do PNEC_DH em cerimônia, no dia 26 de Junho de 2018. Na ocasião do seu lançamento, destacou-se a sua importância como um instrumento que reforça a Universalidade dos Direitos Humanos e a Transversalidade da Educação em Direitos Humanos. O PNEC_DH

tem como objetivo ofertar cursos a distância gratuitamente sobre diversos temas voltados aos Direitos Humanos, disponibilizados na plataforma da Escola Virtual de Governo (EVG).

De acordo com Folder do PNEC_DH produzido pela CGEDH, a implantação do Programa, em ambiente virtual de aprendizagem, visa possibilitar a ampliação do alcance das iniciativas de formação e sua capilarização, conferindo identidade à política pública dos Direitos Humanos no Brasil. Com relação ao público, os cursos são destinados a servidores públicos, educadores, conselheiros, lideranças comunitárias, profissionais, que atuam com pessoas em situação de vulnerabilidade e demais interessados que buscam conhecimento sobre a temática dos Direitos Humanos. A oferta dos cursos será permanente, visando atender às demandas sociais, sistematizadas no programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), instrumentos que orientam a política brasileira para os Direitos Humanos e para a Educação em Direitos Humanos. Até o momento, já estão disponibilizados os seguintes cursos: Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBT; Educação em Direitos Humanos; e Direitos Humanos: Uma Declaração Universal. No segundo semestre, está prevista a disponibilização de mais três cursos: Promoção dos Direitos da População em Situação de Rua; Formação de Conselheiros em Direitos Humanos e Atenção à Pessoa Idosa e a Garantia de Direitos.

Conforme site do Ministério dos Direitos Humanos e Plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G), o Curso "Educação em Direitos Humanos" trata de Aspectos Históricos, Tratados Internacionais, Políticas Públicas Brasileiras e o atual status da Educação em Direitos Humanos no País. Ademais, busca-se contribuir para a conformação de uma visão abrangente acerca dos desafios e alternativas à Educação em Direitos Humanos, constituindo-se em subsídios para a prática e vivência de ações educativas em Direitos Humanos.

O Curso "Direitos Humanos: Uma Declaração Universal" celebra os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, analisando a sua importância, conteúdo e as garantias fundamentais estabelecidas. Dessa forma, busca-se fortalecer uma cultura de Direitos Humanos, Cidadania e Respeito à Diversidade, a partir de conteúdo que aborda o contexto de origem da DUDH, as gerações do direito e a aplicação dessa realidade no ordenamento jurídico brasileiro. Para tanto, investe-se na sensibilização e mobilização das pessoas para a compreensão dos principais desafios colocados à garantia dos direitos humanos na atualidade.

Por fim, o Curso "Promoção e Defesa dos Direitos LGBT" trata da Promoção e Defesa dos direitos da População LGBT, como direitos ao corpo e saúde, educação, trabalho e renda, além dos fundamentos da identidade de gênero e orientação afetivo-sexual. Investe-se na aproximação com a vivência de pessoas LGBT para a compreensão dos principais desafios colocados à garantia de seus direitos. A partir de suas experiências, faz-se uma revisão em aspectos específicos de exclusão, discriminação ou desigualdade vividos por pessoas LGBT, com ênfase em estratégias para a garantia e promoção de seus direitos.

Inicialmente, as inscrições para os Cursos à Distância do PNEC_DH ficarão abertas entre os dias 26 de junho e 25 de julho, haja vista que este período compreende o Período Piloto do Programa, no qual serão realizadas as adequações necessárias a partir das percepções e avaliações dos participantes. Após tais ajustes, a oferta dos cursos na Plataforma será

permanente. Cabe ressaltar, que em 26 de julho de 2018, ao encerramento do prazo para inscrições, os cursos contavam com 24.699 participantes.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 1.1 – Pactuar Parceria.

Entrega Prevista: Acordo Assinado.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/17.

Responsável pela Atividade: Fernanda Brito.

Histórico da Implementação: Parceria Concluída em Dezembro/2017 com a ENAP.

Resultado: Parceria Firmada com a ENAP.

Percentual de Execução: 100%

- 1.2 - Produzir Cursos.

Entrega Prevista: 6 Cursos Produzidos.

Atividade Iniciada em Janeiro/18.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Adriana Escorse.

Histórico da Implementação: Em Janeiro, Cursos LGBT e EDH estavam em adequação aos padrões Enap. Foi contratada Consultoria para elaboração dos Cursos de Introdução dos Direitos Humanos e Formação de Conselheiros. Em Março, os Conteúdos dos Cursos LGBT e EDH foram encaminhados à Enap, bem como a Ementa do Curso sobre Direitos da Pessoa Idosa para iniciar processo de elaboração. Em Abril, o Curso da DUDH estava em elaboração por Consultoria. Em Maio, o Curso LGBT estava em revisão pela Enap e Consultor. O Curso EDH foi avaliado pela Enap e encaminhado para aprimoramentos. O Curso DUDH teve o 1º Módulo entregue pela Consultora para avaliação. Com relação ao Curso sobre Direitos da População em Situação de Rua, o TR foi encaminhado para Cooperação Internacional e trâmites para sua publicação iniciados. Ademais, foi iniciado diálogo com Ipea para parceria na elaboração de conteúdos. Além disso, identificou-se a necessidade de revisão da proposta de Consultoria para atuação em atividades de planejamento educacional. Em Junho, foram concluídos os seguintes Cursos: Direitos da População LGBT; Educação em Direitos Humanos e Direitos Humanos: Uma Declaração Universal.

Resultado: Neste semestre, foram produzidos 3 Cursos: **Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBT; Educação em Direitos Humanos; e Direitos Humanos: Uma Declaração Universal.**

Percentual de Execução: 50%

- 1.3 - Lançar o Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC DH).

Entrega Prevista: Evento de Lançamento Realizado.

Atividade Iniciada em Outubro/17.

Término Previsto para Junho/18.

Responsável pela Atividade: Adriana Escorse.

Histórico da Implementação: Entre Janeiro e Abril, aguardava-se elaboração de cursos para lançamento do Programa. Em Maio, foi encaminhada solicitação para o desenvolvimento de logomarca do PNEC-DH à ASCOM. Em 26 de Junho, realizou-se a Cerimônia de Lançamento do PNEC_DH.

Resultado: Lançamento do PNEC_DH realizado em 26 de Junho de 2018.

Percentual de Execução: 100%

- 1.4 - Iniciar o Processo de Abertura para Matrículas.

Entrega Prevista: Matrículas Realizadas nos 6 Cursos.

Atividade Iniciada em Janeiro/18.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Adriana Escorse.

Histórico da Implementação: Em Junho, iniciaram-se as Matrículas em 3 Cursos.

Resultado: Iniciadas as Matrículas nos 3 Cursos Disponibilizados.

Percentual de Execução: 50%

- 1.5 - Ofertar os Cursos.

Entrega Prevista: 6 Cursos Ofertados.

Atividade Iniciada em Fevereiro/18.

Término Previsto para: Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Adriana Escorse.

Histórico da Implementação: Entre Janeiro e Maio, aguardava-se o Lançamento do PNEC_DH para a Oferta dos Cursos. Em Junho, ofertaram-se 3 Cursos.

Resultado: Neste semestre, 3 Cursos Ofertados.

Percentual de Execução: 50%

Projeto 2 - Formalizar o Pacto Nacional de Combate à LGBTFobia.

Nível de Monitoramento – Diretor (a).

Haja vista os altos índices de violência sofrida pelo público LGBT foi proposto o Pacto Nacional de Enfretamento à Violência LGBTFóbica. É uma proposta do Governo Federal para articular ações que visem o enfrentamento da violência perpetrada contra a população LGBT. A proposta é tornar o Pacto um instrumento governamental, com envolvimento dos Governos Federal, Estaduais e Distrital, por meio de Termo de Adesão, para elaboração de ações que atuem no enfrentamento da violência LGBTFóbica, de maneira integrada e considerando a necessidade do esforço político de cada ente federado para mudança dessa realidade.

Ao longo deste semestre, foi elaborada Minuta de Pacto Interfederativo de Enfretamento à Violência LGBTFóbica, bem como articulou-se a sua aprovação com CNCD/LGBT e com os Gestores responsáveis pela Pauta LGBT nas 27 Unidades da Federação. No que se refere à Campanha de Mídia de Combate à Discriminação LGBT, foi feita parceria com o IBRAPP, o que proporcionou um espaço na Revista do Instituto no mês de Maio para repostagem sobre a Campanha. Essa revista tem uma tiragem de 10.000 exemplares.

Além disso, após a distribuição de materiais aos Estados, a qual foi realizada no semestre passado, há um saldo não muito grande de material que está sendo enviado a outros parceiros. Um destes parceiros é a ANAC, e neste sentido, está em processo de negociação a distribuição dos materiais restantes em todas as suas Agências. No que tange, a Produção de Relatórios sobre Violência LGBT, os 4 Produtos entregues pela Consultoria estão sendo condensados, visando a construção dos dados da série histórica 2013-2016. Nesse sentido, tem-se consolidado as considerações e demandas do CNCD/LGBT, adequando as suas contribuições, bem como dos demais Parceiros, tendo em vista à finalização e validação de tais Relatórios, os quais subsidiarão o Relatório Final. O Relatório Final de Violência Homofóbica referente aos anos de 2015-2017, que será realizado por Consultoria, encontra-se em processo de elaboração.

Neste semestre, o Pacto Interfederativo de Enfrentamento à Violência LGBTFóbica foi publicado pela Portaria nº 202, de 10 de Maio de 2018, tendo, como referido acima, por objetivo promover a articulação entre a União, Estados e Distrito Federal nas ações de prevenção e combate à LGBTFobia. A Solenidade de Lançamento do Pacto realizou-se no dia 16 de Maio de 2018, contando com a adesão de 11 Estados (AC, AL, CE, GO, MS, PA, PI, RJ, RO, RS e TO). Além disso, posteriormente, foram assinados mais 2 Termos de Adesão (ES e PE), de modo que até o momento, 13 Estados realizaram a sua adesão. Conforme o Site do MDH, a proposta do Pacto no país está dividida em cinco eixos de atuação: Prevenção; Investigação e Responsabilização; Reparação; Promoção e Participação; e Transparência. Para cada eixo as Secretarias que aderirem ao Pacto poderão propor ações que atendam os objetivos de cada eixo proposto. Para articulação de adesão ao Pacto, uma consultora do MDH está realizando reuniões institucionais nas secretarias estaduais e distrital ligadas à promoção e defesa dos direitos humanos, e especificamente, onde a gestão da política LGBT está inserida. As reuniões contam com a presença dos/das representantes das secretarias, dos/das representantes dos conselhos estaduais de combate à discriminação LGBT, dos/das representantes do movimento social que atuam na temática e outros/as parceiros/as.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 2.1 - Elaborar Campanha de Mídia.

Entrega Prevista: Campanha Lançada.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Marina Reidel / Katia Guimarães / Eduardo Santarelo.

Histórico da Implementação: Em Fevereiro, foi realizada reunião com outros Ministérios para realizar a divulgação da Campanha. Em Março, através de parceria com o IBRAPP se definiu um espaço na Revista do Instituto no mês de Maio para repostagem sobre a Campanha. Essa revista tem uma tiragem de 10.000 exemplares. Em Abril, a DPLGBT estava avaliando junto ao Ministério da Cultura o envio da quantidade final disponível de materiais aos equipamentos deste. Em Maio, os materiais restantes da distribuição realizada nos Estados, ao longo do segundo semestre de 2017, estavam sendo enviados a outros parceiros. Um dos parceiros era a ANAC, com a qual a Coordenação estava em negociação para a distribuição dos materiais impressos em todas as Agências da ANAC. Em Junho, não houve avanços na atividade.

Resultado: No semestre passado, o material da Campanha de Mídia foi distribuído aos Estados e Municípios. Neste semestre, foram realizadas articulações visando à continuidade da divulgação da Campanha em Mídias e Parceiros do Ministério. Percentual de Execução: 83%

- 2.2 - Produzir Relatórios sobre Violência LGBT.
Entrega Prevista: 3 Relatórios Entregues e Relatório Final de Violência Homofóbica referente aos anos de 2015-2017.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Agosto/18.
Responsável pela Atividade: Marina Reidel.
Histórico da Implementação: Neste semestre, mais 2 Produtos foram entregues pela Consultoria, avaliados e revisados pela DPLGBT. Dessa forma, os 4 Produtos entregues pela Consultoria estão sendo condensados para a construção dos dados da série histórica 2013-2016. Nesse sentido, tem-se consolidado as demandas do CNCD/LGBT, adequando as suas solicitações e contribuições, bem como dos demais Parceiros tendo em vista a finalização e validação de tais Relatórios, os quais subsidiarão o Relatório Final. O Relatório Final de Violência Homofóbica referente aos anos de 2015-2017, o qual será realizado por Consultoria, encontra-se em processo de elaboração.
Resultado: No semestre passado, 2 produtos foram entregues pela Consultoria. Neste semestre, mais 2 Produtos, totalizando 4 Produtos Entregues. Os Relatórios estão sendo consolidados e ajustados para a elaboração do Relatório Final. Percentual de Execução: 86%
- 2.3 - Articular a Inserção do Campo LGBT no SINESP - Secretaria Nacional de Segurança Pública e SISDEPEN - Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional.
Entrega Prevista: Campo LGBT inserido no SINESP e no SISDEPEN; Oficina de Capacitação para Uso dos Sistemas Realizada.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Marina Reidel.
Histórico da Implementação: Em Janeiro, foi apresentada a proposta ao CNCD/LGBT e realizada a articulação das reuniões para a Capacitação. Em Fevereiro, foi agendada reunião para Março com a equipe da SENASP. Em Março, foi elaborada Minuta do Decreto. Em Abril, agendou-se reunião com Diretoria responsável no Ministério da Segurança Pública. Por fim, nos meses seguintes não houve avanços na atividade.
Resultado: No semestre passado, foram realizadas adaptações nos Sistemas. Neste semestre, realizaram-se articulações visando à consecução da atividade. Percentual de Execução: 25%
- 2.4 - Elaborar Minuta de Pacto Interfederativo de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica.
Entrega Prevista: Minuta Final do Pacto.
Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Abril/18.

Responsável pela Atividade: Marina Reidel / Katia Guimarães.

Histórico da Implementação: Entre Janeiro e Março, a Minuta encontrava-se em elaboração pela Consultoria. Em Abril, a Minuta foi finalizada pela Consultora e aprovada pela Assessoria Jurídica do MDH.

Resultado: Minuta Finalizada e Validada. Atividade Concluída.

Percentual de Execução: 100%

- 2.5 - Articular com CNCD - Conselho Nacional de Combate a Discriminação/LGBT a Validação do Pacto.

Entrega Prevista: Minuta Validada pelo CNCD/LGBT.

Atividade Iniciada em Setembro/17.

Término Previsto para Abril/18.

Responsável pela Atividade: Katia Guimarães.

Histórico da Implementação: Em Fevereiro, a Consultora participou das Reuniões do CNCD/LGBT. Em Abril, a proposta final do Pacto foi apresentada na Reunião Ordinária do CNCD/LGBT e aprovada, concluindo assim, a atividade de articulação.

Resultado: No semestre passado, a Minuta Inicial havia sido apresentada e discutida no Conselho. Neste semestre, a Minuta Final foi validada pelo CNCD.

Percentual de Execução: 100%

- 2.6 - Articular com Gestores Responsáveis pela Pauta LGBT a Validação do Pacto.

Entrega Prevista: Minuta Validada pelos Gestores.

Atividade Iniciada em Outubro/17.

Término Previsto para Abril/18.

Responsável pela Atividade: Marina Reidel / Eduardo Santarelo.

Histórico da Implementação: Entre Janeiro e Março, a Consultoria estava realizando visitas aos Estados para apresentação e articulação da proposta do Pacto. Em Abril, este processo de articulação nos Estados foi finalizado nas 27 Unidades da Federação.

Resultado: Articulação Realizada. Atividade Concluída.

Percentual de Execução: 100%

- 2.7 - Articular com Estados e Municípios a Validação do Pacto.

Entrega Prevista: Minuta Validada.

Atividade Iniciada em Outubro/17.

Término Previsto para Março/18.

Responsável pela Atividade: Marina Reidel / Eduardo Santarelo.

Histórico da Implementação: Entre Janeiro e Março, a proposta de Pacto foi articulada com as 27 Unidades da Federação. Em Abril, estava pendente o estabelecimento da Metodologia de envio da Minuta do Termo de Adesão, bem como a sua aprovação pelas Assessorias Jurídicas dos Estados. Em Junho, o Pacto Nacional foi publicado pela Portaria nº 202 de 10/05/2018. Foram enviados os documentos a todos os Secretários/as de DH dos Estados, bem como aos/às gestores de políticas para LGBT. No seu Lançamento, em 16/05, foram assinados 11 Termos de Adesão (AC, AL, CE, GO, MS, PA, PI, RJ, RO, RS e TO). Em Julho, foram assinados mais 2 Termos de

Adesão (ES e PE). Após um questionamento da representante do Paraná e posterior deliberação junto ao Gabinete da SNC, a DPLGBT elaborará uma Nota Técnica para tirar dúvidas sobre o atual Pacto e um antigo Acordo de Cooperação Técnica que tratam, ambos, de compromisso com o Enfrentamento da Violência LGBTfóbica.

Resultado: 13 Termos de Adesão Assinados.

Percentual de Execução: 78%

- 2.8 - Lançar Pacto Interfederativo de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica.

Entrega Prevista: Evento de Lançamento Realizado.

Atividade Iniciada em Novembro/17.

Término Previsto para Maio/18.

Responsável pela Atividade: Marina Reidel / Katia Guimarães / Eduardo Santarelo.

Histórico da Implementação: Em Janeiro e Fevereiro, o avanço na atividade aguardava a finalização das visitas aos Estados. Em Março, destaca-se diálogo com o CNCD para o Lançamento em Maio. Em Abril, ressalta-se a finalização do fechamento de Metodologia de Lançamento do Pacto. Em Maio, realizou-se o Ato de Lançamento do Pacto em 16/05/2018, com a Adesão de 11 Estados inicialmente.

Resultado: Atividade Concluída.

Percentual de Execução: 100%

- 2.9 - Monitorar Trimestralmente o Pacto.

Entrega Prevista: 2 Relatórios Trimestrais realizados.

Atividade Iniciada em Maio/18.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Marina Reidel.

Histórico da Implementação: Atividade será realizada no segundo semestre de 2018.

Resultado: Início da Atividade está prevista para o segundo semestre de 2018.

Percentual de Execução: 0%

Projeto 3 - Elaborar e Implantar Nova Concepção de Metodologia da Política Nacional para a População em Situação de Rua - PNPSR.

Nível de Monitoramento – Departamento.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto 7.053/2009, visa ao enfrentamento às violações dos direitos sofridas pela População em Situação de Rua, em função da discriminação, da invisibilidade, e das violências institucionais e sociais às quais essa população encontra-se exposta cotidianamente.

A parceria do Ministério dos Direitos Humanos (MDH) com a sociedade civil organizada, por meio da representação das entidades que lutam pela visibilidade, acesso às políticas públicas e dignidade da população em situação de rua, tem garantido avanços na ampliação e garantia dos direitos desta população. Esta parceria atualmente mostra-se fundamental, no momento em que se discute a proposta de construção de um novo modelo de

política de atendimento a este público, no qual a garantia à moradia como direito humano e garantidora de outros direitos passa a ter centralidade nas ações do Governo Federal.

Um dos maiores desafios deste projeto é a implantação de uma nova concepção de metodologia da Política Nacional para a População em Situação de Rua no Brasil, a qual tem como ideia central a elaboração e implantação de serviços de moradia no modelo Housing First adaptado à realidade brasileira, uma parceria do MDH, MCidades, MDS e MPOG.

No âmbito deste Projeto, foram propostas as seguintes atividades: a Elaboração de Projeto Piloto referente ao Serviço de Moradia no Modelo Housing First adaptado à Realidade Brasileira; a Articulação da Elaboração do Acordo de Cooperação Técnica Interministeriais para Execução de Serviço de Moradia Transitória; a Elaboração de Publicação com Experiências de Referência sobre Inclusão da População em Situação de Rua nos Modelos de Moradia no Brasil e Europa; a Elaboração de Minuta de Alteração do PL 5740/2016 da PNPSR – Política Nacional para População em Situação de Rua e; por fim, a Elaboração de Publicação de Orientações Básicas para a Implantação de Serviços de Moradia no Modelo Housing First.

Destaca-se como principais avanços neste semestre, a elaboração da Proposta do Projeto Piloto referente ao Serviço de Moradia no Modelo Housing First para aprovação do MPOG, entretanto, este último, informou que há uma indisponibilidade de recursos para a realização do projeto no ano de 2018. Ao mesmo tempo, foi realizada articulação com o Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Habitação, obtendo-se a sua aprovação da proposta. Entretanto, em razão da indisponibilidade de recursos do MPOG, encontra-se em avaliação a pertinência da atividade de Publicação do Acordo de Cooperação Técnica. No que se refere, a Elaboração de Publicação com Experiências de Referência sobre a Inclusão da População em Situação de Rua, a contratação dos Consultores foi finalizada, bem como foram definidas a metodologia de trabalho, cronograma e conteúdos junto aos peritos interno e externo. Por fim, no que tange a Elaboração da Publicação de Orientações Básicas para a Implantação de Serviços de Moradia no Modelo Housing First, o Termo de Referência para a contratação de Consultoria, a qual realizará a sistematização e adaptação do conteúdo da publicação, encontra-se em elaboração, além disso, os subsídios para a Consultoria já foram confeccionados.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 3.1 - Elaboração de Proposta para Aprovação do Ministério do Planejamento e Elaboração de Projeto Piloto de Serviço de Moradia no Modelo Housing First adaptado à Realidade Brasileira - Parceria MDH, MCidades e MDS.

Entrega Prevista: Proposta Elaborada.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Carlos Ricardo Júnior / Francisco Nascimento.

Histórico da Implementação: Em Janeiro, o projeto foi apresentado ao Ministério do Planejamento e estava aguardando aprovação do GPAC. Em Fevereiro e Março, a proposta permaneceu aguardando a aprovação do CGPAC, porém, apontou-se que se fazia necessária uma sensibilização do Ministro do Planejamento para que a mesma fosse encaminhada. Em Abril, ocorreu uma tentativa de articulação do Secretário

Executivo Adjunto do MDH junto ao Ministério do Planejamento, mas, este último apresentou dificuldades para aprovar a proposta neste ano. Destacou-se que seria realizada uma nova tentativa com articulação do Ministro do MDH. Em Maio, o Ministério do Planejamento informou sobre a indisponibilidade de recursos para a realização do projeto no ano de 2018. Até o momento, não houve novas atualizações.

Resultado: Neste semestre, a proposta elaborada foi apresentada ao Ministério do Planejamento, bem como foram realizadas articulações visando à sua aprovação, mas frente à negativa do MPOG, a Coordenação-Geral decidiu focar na elaboração de um Projeto de Moradia no Modelo Housing First, cujo principal objetivo é subsidiar os municípios brasileiros para a implementação do modelo, conforme caracterização populacional. Além disso, a ação de Elaboração de Projeto Piloto depende da articulação do município de São Paulo com o Ministério das Cidades e foge da governabilidade desta CGPOPRUA.

Percentual de Execução: 50%

- 3.2 - Articular a Elaboração e Publicação de Acordo de Cooperação Técnica Interministerial para Execução de Serviço de Moradia Transitória.

Entrega Prevista: Acordo de Cooperação Técnica firmado com MCidades e MDS.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Carlos Ricardo Júnior / Francisco Nascimento.

Histórico de Implementação: Em Janeiro, aguardava-se o processo de transição no MCidades por causa da mudança de gestão. Em Fevereiro e Março, destacou-se que a proposta havia sido pactuada com a gestão anterior da Secretaria Nacional de Habitação - SNH, de modo que seria necessário pactuar com a gestão atual para dar sequência às atividades. Em Abril, após tratativas, os atuais Ministro das Cidades e Secretária Nacional de Habitação estavam de acordo com a proposta, porém, aguardando uma resposta positiva do Planejamento para dar sequência ao projeto. Em Maio, atualizou-se que na próxima mesa de deliberação, em Junho, seria apresentada a indisponibilidade de recursos para o Projeto Piloto em 2018 e avaliado se seria pertinente o estabelecimento do Acordo de Cooperação Técnica sem o Projeto Piloto neste momento.

Resultado: Articulações Realizadas, entretanto, em razão da indisponibilidade de recursos para o Projeto Piloto em 2018, está em avaliação se a atividade de Publicação de Acordo de Cooperação Técnica permanece pertinente. Em função da negativa do MPOG e da indisponibilidade de recursos financeiros, esta entrega tornou-se inviável. A Coordenação-Geral estuda outras ações em substituição.

Percentual de Execução: 25%

- 3.3 - Elaborar Publicação com Experiências de Referência sobre Inclusão da População em Situação de Rua nos Modelos de Moradia no Brasil e Europa.

Entrega Prevista: Publicação Finalizada e Distribuída.

Atividade Iniciada em Janeiro/18.

Término previsto para Novembro/18.

Responsável pela Atividade: Carlos Ricardo Júnior / Francisco Nascimento

Histórico de Implementação: Em Janeiro e Fevereiro, o Cronograma da Atividade foi alterado e o início das contratações adiado. Em Março, iniciou-se a divulgação para

indicação e seleção de Consultores. Em Abril, a seleção de Consultores estava em andamento. Em Maio, a contratação dos Consultores foi finalizada, bem como definida metodologia de trabalho, cronograma e conteúdos junto aos peritos interno e externo.

Resultado: Neste semestre, foi finalizada a contratação dos Consultores para a elaboração de publicação, assim como definida metodologia de trabalho. Os Consultores já iniciaram as atividades, com entrega de todos os produtos até dezembro/18. O objetivo da CGPOPRUA é terminar o ano de 2018 com o 3º produto finalizado. Logo, a impressão e a publicação devem ser realizadas em 2019.

Percentual de Execução: 38%

- 3.4 - Realizar Seminário Internacional de Habitação para População em Situação de Rua.

Entrega Prevista: Seminário Realizado.

Responsável pela Atividade: Carlos Ricardo Júnior / Francisco Nascimento.

Histórico de Implementação: A atividade foi excluída do Planejamento neste semestre. O Seminário Internacional é uma atividade prevista no Projeto “Diálogos Setoriais”. Em razão do atraso na formalização dos projetos, o referido Seminário só poderá ocorrer no ano de 2019, não contemplando assim, a vigência deste Plano.

Resultado: Atividade Excluída.

- 3.5 - Elaborar Minuta de Alteração do PL 5740/2016 da PNPSR - Política Nacional para População em Situação de Rua.

Entrega Prevista: Minuta Elaborada.

Atividade Iniciada em Julho/18.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Carlos Ricardo Júnior / Francisco Nascimento.

Histórico de Implementação: A elaboração da Minuta do PL foi iniciada.

Resultado: Minuta em elaboração.

Percentual de Execução: 0%

- 3.6 - Elaborar Publicações sobre: Orientações Básicas para a Implantação de Serviços de Moradia no Modelo Housing First, violações de direitos da população em situação de rua e legislação e demais normativas sobre o tema em âmbito nacional.

Entrega Prevista: Publicações Finalizadas e Distribuídas.

Atividade Iniciada: em Dezembro/17.

Término Previsto: para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Carlos Ricardo Júnior / Francisco Nascimento.

Histórico de Implementação: Esta atividade foi incluída no Planejamento neste semestre. Em função da inovação trazida pelo Projeto “Moradia Primeiro”, faz-se necessária a publicação de material (cartilha), trazendo os princípios do modelo Housing First, de forma a servir de referência para a gestão pública municipal e estadual na elaboração de projetos de moradia para população em situação de rua. Em Janeiro, a proposta encontrava-se em elaboração. Em Fevereiro, foi feita a sistematização do conteúdo da publicação e inserção de experiências internacionais. Em Março, o TR para

contratação de Consultor para sistematização e adaptação do conteúdo estava em elaboração. Em Maio, os subsídios para a Consultoria estavam elaborados e o TR permanecia sendo confeccionado. Ao final do semestre, o TR foi enviado à Coordenação de Cooperação Internacional do MDH e aguarda-se publicação do edital para a contratação do(a) consultor(a) que redigirá as três publicações..

Resultado: Subsídios para a Consultoria confeccionados e TR elaborado.

Percentual de Execução: 40%

Projeto 4 - Realizar Busca e Identificação de Desaparecidos Políticos.

Nível de Monitoramento – Departamento.

Este projeto prevê a realização das atividades relacionadas à promoção da Justiça de Transição, com foco nos eixos da reparação, memória e verdade. Entre as ações sob responsabilidade da Coordenação-Geral de Direito à Memória e à Verdade e Apoio à Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos destacam-se aquelas relacionadas à busca, localização e identificação de desaparecidos políticos, nos termos da Lei nº 9.140/1995. As atividades incluem pesquisa documental, de campo, coleta de amostras de material genético, exames antropológicos, levantamento *ante-mortem* e *post-mortem*, exumações e outras diligências investigativas, e estão estruturadas de maneira descentralizada e organizadas em frentes regionais ou grupos de trabalho, que contam com a participação de outros parceiros, como o Grupo de Trabalho Perus (GTP) e o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA).

Além disso, o projeto contempla ações que visam dar cumprimento a recomendações da Comissão Nacional da Verdade relacionadas à preservação da memória das graves violações de direitos humanos praticadas durante a Ditadura Militar (1964-1985), entre elas o estabelecimento de espaços de memória e cultura voltados a não repetição e ao fortalecimento da democracia, bem como a retificação da anotação da causa de morte no assento de óbito de pessoas mortas em decorrência de tais violações de direitos humanos.

Entre os principais avanços obtidos neste primeiro semestre de 2018, destaca-se a identificação exitosa do desaparecido político Dimas Antônio Casemiro, militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), morto em abril de 1971 e sepultado na vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo - SP. A identificação foi a única ocorrida no âmbito do Mercosul no ano de 2018, e se deu no contexto de parceria estabelecida, via cooperação internacional, com a International Commission of Missing Persons (ICMP), organização internacional independente, especializada em identificação humana.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 4.1 - Publicar Portaria de Criação da Equipe de Investigação sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (EIMDP).

Entrega Prevista: Portaria Publicada.

Atividade Iniciada em Julho/17.

Término Previsto para Julho/17.

Responsável pela Atividade: Cristina P. Schein.

Histórico de Implementação: Publicada Portaria nº 99, de 06 de junho de 2017.

Resultado: Publicada Portaria nº 99, de 06 de junho de 2017.

Percentual de Execução: 100%

- 4.2 - Assinar Carta Acordo com ICMP – International Commission on Missing Persons.
Entrega Prevista: 3 Cartas Acordo Assinadas.
Atividade Iniciada em Setembro/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Cristina P. Schein.
Histórico de Implementação: Carta Acordo Assinada e o Extrato Publicado.
Resultado: Carta Acordo Assinada. **Atividade Concluída.**
Percentual de Execução: 100%
- 4.3 - Enviar Amostras de Restos Mortais para Análise do ICMP – International on Commission Missing Persons.
Entrega Prevista: 5 Lotes de Remessas Enviados.
Atividade Iniciada em Setembro/17
Término Previsto para Dezembro/18
Responsável pela Atividade: Amarílis Bush / Juliana Amoretti.
Histórico de Implementação: Em Setembro de 2017, foram enviadas 100 Amostras. Neste semestre, não houve avanços na atividade, restando 4 Lotes de Remessas.
Resultado: 1 lote com 100 amostras enviados em Setembro de 2017.
Percentual de Execução: 20%
- 4.4 - Finalizar a Etapa Post-Mortem das Análises dos Restos Mortais Oriundos da Vala Clandestina de Perus, no âmbito do Grupo de Trabalho Perus.
Entrega Prevista: Etapa Post-Mortem Finalizada.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Amarílis Bush / Juliana Amoretti.
Histórico de Implementação: No que tange a esta atividade, destaca-se que o total de caixas com ossadas retiradas da Vala de Perus é de 1.047. Entre Janeiro e Março, 800 caixas encontravam-se em análise. Em Abril, 897 caixas foram abertas e limpas, bem como estavam em fase de análise. Em Maio, destaca-se que o GTP foi responsável pela abertura e limpeza de 912 caixas, dentre as quais 795 foram analisadas.
Resultado: No semestre passado, 791 Caixas Analisadas. Neste semestre, 912 Caixas Abertas e Limpas, e 795 Analisadas.
Percentual de Execução: 76%
- 4.5 - Receber os Primeiros 300 Resultados Genéticos (GTP - Grupo de Trabalho Perus).
Entrega Prevista: Resultados Recebidos.
Atividade Iniciada em Setembro/17
Término Previsto para Dezembro/18
Responsável pela Atividade: Amarílis Bush / Juliana Amoretti.

Histórico de Implementação: Em Fevereiro, foram recebidos 100 Resultados Genéticos. Em Março, identificou-se 1 Desaparecido Político. Em Abril, estavam em andamento os preparativos do GTP para envio da 2º Remessa de Amostras Genéticas para o ICMP. Sobre o resultado positivo no cruzamento de informações genéticas da 1º Remessa de Amostras, que permitiu o reconhecimento dos remanescentes ósseos do desaparecido Dimas Casemiro, o GTP está trabalhando sistematicamente com distintas informações sobre a pessoa identificada, com vistas à entrega dos restos mortais à família.

**Resultado: 100 Resultados Recebidos. 1 Identificação de Desaparecido Político.
Percentual de Execução: 33%**

- 4.6 - Reinstaurar o GTA - Grupo de Trabalho Araguaia.
Entrega Prevista: Portaria Publicada.
Atividade Iniciada em Setembro/17.
Término Previsto para Setembro/17.
Responsável pela Atividade: Cristina P. Schein.
Histórico de Implementação: Publicada Portaria n.º 133 de 07 em Julho de 2017.
Resultado: Publicada Portaria n.º 133 em 07 de Julho de 2017.
Percentual de Execução: 100%

- 4.7 - Realizar Expedições de Busca e Investigação do GTA - Grupo de Trabalho Araguaia.
Entrega Prevista: 3 Expedições Realizadas.
Atividade Iniciada em Janeiro/18.
Término Previsto para Outubro/18.
Responsável pela Atividade: Amarílis Bush / Juliana Amoretti.
Histórico de Implementação: Entre Janeiro e Março, foram realizadas tratativas para viabilizar a publicação de portaria de renovação dos trabalhos do GTA, que expiraria em 11 de maio de 2018. Em Maio, foi enviada para assinatura do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, bem como a este Ministério dos Direitos Humanos, a Minuta de Portaria Interministerial para continuidade do GTA. Em Junho, salientou-se que o GTA, órgão que sempre fez essas diligências pela União, teve sua portaria de instituição expirada em Maio de 2018 e ainda não havia sido reinstituído pelos Ministérios respectivos, o que deveria ocorrer em breve, mas ainda sem previsão de data. Nesse sentido, a CEMDP garantiria, com a expedição que será realizada na semana de 16 a 20 de Julho deste ano, que as investigações e buscas programadas para este ano de 2018 não sofressem atrasos ou fossem descontinuadas. Além disso, destaca-se que até a data deste Relatório, a Minuta de Portaria de Restituição do GTA ainda não havia sido publicada, estando pendente a avaliação jurídica por parte do Ministério da Segurança Pública.
Resultado: Neste semestre, foi realizada a Articulação dos Recursos para as Expedições. Primeira Expedição Agendada e Organizada para Julho.
Percentual de execução: 29%

- 4.8 - Articular a Criação de Espaço de Memória na Casa Azul - Marabá – PA.

Entrega Prevista: Local de Memória Criado.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Amarílis Bush / Juliana Amoretti.

Histórico de Implementação: Em Janeiro e Fevereiro, o processo de articulação com vistas à memorialização da Casa Azul havia retrocedido, em razão da negativa de liberação do espaço, por parte do DNIT, órgão que atualmente ocupa o local. Em Março, articulou-se com a Secretaria de Patrimônio da União - SPU do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG para realocar as equipes do DNIT e liberar Edifício da Casa Azul. Em Junho, destacou-se que entre as atividades que serão realizadas durante a Expedição de Busca e Investigação do GTA, a qual será realizada na região do Araguaia entre os dias 16 a 20 de Julho de 2018, está prevista uma visita à Casa Azul e uma Audiência com a Câmara Legislativa de Marabá para tratar do tombamento em questão.

Resultado: Articulações para Liberação do Espaço em Andamento.

Percentual de Execução: 25%

- 4.9 - Articular Espaço Institucional para o Debate e Monitoramento das Recomendações da CNV - Comissão Nacional da Verdade.

Entrega Prevista: Espaço Institucional formalmente instalado e em funcionamento.

Atividade Iniciada em Julho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Amarílis Bush / Juliana Amoretti.

Histórico de Implementação: Neste semestre, destaca-se o encaminhamento ao Secretário Nacional de Cidadania, da Nota Técnica da CGMDP sobre órgão de continuidade da Comissão Nacional da Verdade – CNV.

Resultado: Encaminhamento de Nota Técnica ao Secretário da SNC.

Percentual de Execução: 20%

- 4.10 - Realizar a Retificação de Certidões de Óbito de Mortos e Desaparecidos Políticos.

Entrega Prevista: Assentos de Óbito Retificados e Encaminhados ao Cartório.

Atividade Iniciada: Novembro/17.

Término Previsto: Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Amarílis Bush / Juliana Amoretti.

Histórico de Implementação: Atividade incluída neste semestre. A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), publicou a Resolução N° 2, em 29 de Novembro de 2017, que estabelece o procedimento para emissão de atestados para fins de retificação de assentos de óbitos das pessoas reconhecidas como mortas ou desaparecidas políticas, nos termos da Lei n° 9.140, de 4 de dezembro de 1995, da Lei n° 12.528, de 18 de novembro de 2011. Tendo isso em vista, vislumbrou-se como necessária a inclusão desta atividade no Planejamento. Destacam-se como avanços neste primeiro semestre, o recebimento e análise de pedidos de retificação. Em Maio, a análise do primeiro pedido foi realizada e o modelo de Certidão foi aprovado na 77ª Reunião Ordinária da CEMDP, realizada em Junho, com vistas a reproduzir o procedimento com os demais pedidos.

Resultado: Análise do Primeiro Pedido Realizada.

Percentual de Execução: 33%

- 4.11 - Banco de Dados de DNA.

Entrega Prevista: Projeto de reformulação do Banco de Perfis Genéticos da CEMDP elaborado.

Atividade Iniciada: Abril/18.

Término Previsto: Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Amarílis Bush / Juliana Amoretti.

Histórico de Implementação: Atividade incluída neste semestre. Destaca-se que está em andamento o processo de contratação de duas consultorias via PRODOC para a realização de pesquisas *ante-mortem* junto a familiares de pessoas desaparecidas no contexto da Guerrilha do Araguaia, o que contribuirá para a atualização inicial do Banco.

Resultado: Banco de Dados em Análise.

Percentual de Execução: 20%

- 4.12 - Encontro Nacional de Familiares de Pessoas Mortas e Desaparecidos Políticos.

Entrega Prevista: Encontro Realizado.

Atividade Iniciada: Maio/18.

Término Previsto: Agosto/18.

Responsável pela Atividade: Amarílis Bush / Juliana Amoretti.

Histórico de Implementação: Atividade incluída neste semestre. No que tange à sua implementação, o Planejamento do Encontro está em andamento. A proposta inicial era que o Evento ocorresse nos dias 30 e 31 de Agosto de 2018, mas em razão da realização de expedição à região do Araguaia no mesmo período, optou-se pela data de 3 e 4 de dezembro, que coincide com o aniversário da Lei 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que criou a CEMDP.

Resultado: Planejamento do Encontro em Andamento.

Percentual de execução: 20%

Projeto 5 – Erradicar o Sub-Registro Civil com Atendimento Adequado das Populações Prioritárias.

Nível de Monitoramento – Departamento.

Na última década, o Governo Federal vem realizando uma ampla mobilização nacional para a Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento, com base no Plano Nacional para o Registro Civil de Nascimento. Essa iniciativa imprimiu um movimento constante de queda da taxa percentual de sub-registro estimado de nascidos, recuperou registros tardios, bem como incentivou Estados e Municípios a efetivarem ações permanentes, enfatizando a região Norte e o semiárido brasileiro e também as populações de menor acesso aos serviços como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, comunidades rurais e que vivem longe da sede dos serviços.

A partir de 2007, o replanejamento do tema ganhou prioridade no âmbito da Agenda Social do Governo Federal com o Decreto 6.289 de 6 de dezembro de 2007 que estabeleceu o “Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica”, formalizando a intensa articulação interministerial e a parceria com estados, municípios, empresas estatais e a sociedade civil. Neste sentido, o projeto prevê ações articuladas voltadas à promoção do registro civil de nascimento e da documentação básica, com foco em processos dialógicos e formativos junto aos órgãos estaduais e nacionais relacionados ao tema. Mesmo com os bons resultados já alcançados até aqui, os desafios ainda são grandes. Os maiores números absolutos de pessoas sem certidão de nascimento concentram-se em grandes cidades, ao mesmo tempo em que a ausência de cartórios em diversos municípios e as longas distâncias a serem percorridas até eles afetam principalmente a população que vive afastada dos grandes centros urbanos ou em comunidades tradicionais.

A atuação da SNC nessa pauta tem como estratégia o fortalecimento das ações de registro civil de nascimento com foco nas populações mais vulneráveis, como Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhos, Povos Ciganos, População em Situação de Rua, População em privação de liberdade, entre outros. Prevê-se como ações principais: identificar áreas prioritárias de atuação por meio do uso das informações obtidas pela análise das bases de dados e cadastros sociais existentes; realizar ações regionais de promoção do registro de nascimento de populações vulneráveis, através de pactuação de fluxos de atendimento e mutirões, juntamente com parceiros estratégicos (Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Funai, Fundos das Nações Unidas para Crianças - UNICEF).

Destaca-se a seguir, os principais avanços referentes ao desenvolvimento do projeto, ao longo deste semestre:

1. Consolidação de relatório, em formato de boletim, com qualificação de dados sociais, identificação de principais problemas e proposição de diretrizes de atendimento para a promoção do registro civil de nascimento e documentação básica para comunidades quilombolas. Publicação de Livreto com orientações de atendimento para as comunidades quilombolas, atualmente em distribuição;
2. Consolidação de relatório, em formato de boletim, com qualificação de dados sociais, identificação de principais problemas e proposição de diretrizes de atendimento para a promoção do registro civil de nascimento e documentação básica para população em situação de rua. Publicação de Livreto com orientações de atendimento para população em situação de rua, atualmente em distribuição;
3. Consolidação de relatório, em formato de boletim, com qualificação de dados sociais, identificação de principais problemas e proposição de diretrizes de atendimento para a promoção do registro civil de nascimento e documentação básica para população em privação de liberdade;
4. Realização de Oficina “Diálogos Identidade, Cidadania e Documentação – População LGBTI, com o objetivo de qualificação de dados sociais, identificação de principais problemas e proposição de diretrizes de atendimento para a promoção do registro civil de nascimento e documentação básica. O relatório, em formato de boletim, está em processo de finalização.

No próximo semestre estão previstas a realização de 4 Oficinas “Diálogos Identidade, Cidadania e Documentação, com Povos Indígenas, Trabalhadores Rurais, Povos Ciganos e Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Ainda nessa temática, neste semestre, realizaram-se 1 Oficina de Fluxo, em Sidrolândia/MS e 2 Mutirões, respectivamente, nas cidades de Campo Grande/MS e São Paulo/SP. Por fim, em Abril, elaborou-se também o Projeto “O Fluxo Documental e a Identificação Civil Nacional” (ICN).

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 5.1 - Qualificar as Informações sobre Sub-Registro de Populações Prioritárias.
Entrega Prevista: 5 Boletins Semestrais Entregues.
Atividade Iniciada em Junho/17
Término Previsto para Dezembro/18
Responsável pela Atividade: Thiago Garcia.
Histórico de Implementação: Neste semestre, elaborou-se 3 Boletins: O Boletim de Subsídios para Construção de Diretrizes de Atendimento de Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica para quilombolas, população em privação de liberdade e população em situação de rua. Para o segundo semestre, estão previstos os Boletins sobre Populações Tradicionais Extrativistas e LGBTI.
Resultado: Elaborados e Pactuados 3 Boletins referentes à População Quilombola, População Privada de Liberdade e População em Situação de Rua.
Percentual de Execução: 60%
- 5.2 - Realizar Oficinas Temáticas para Elaboração de Fluxos e Diretrizes Específicas por Grupo Prioritário.
Entrega Prevista: 9 Oficinas Temáticas e 9 Diretrizes Pactuadas e Publicadas.
Atividade Iniciada em Junho/17
Término Previsto para Dezembro/18
Responsável pela Atividade: Thiago Garcia.
Histórico de Implementação: Entre Janeiro e Março, não houve avanços no período. Em Abril, realizou-se Oficina com a Temática "Diálogos sobre Identidade, Cidadania e Documentação - População LGBTI". Em articulação com órgãos parceiros, estão previstas, no segundo semestre de 2018, a realização da Oficina Temática sobre “Diálogos Identidade, Cidadania e Documentação, com Povos Indígenas, Trabalhadores Rurais, Povos Ciganos e Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana”.
Resultado: No semestre passado, realizou-se 4 Oficinas Temáticas. Neste semestre, 1 Oficina Temática sobre a População LGBTI, totalizando 5 Oficinas.
Percentual de Execução: 50%
- 5.3 - Articular com os Comitês Gestores Estaduais e Municipais de Registro Civil de Nascimento a Elaboração de Fluxos de Atendimento e a Realização de Mutirões.
Entrega Prevista: 30 Fluxos pactuados e 40 Mutirões realizados.
Atividade Iniciada em Junho/17
Término Previsto para Dezembro/18
Responsável pela Atividade: Thiago Garcia.

Histórico de Implementação: Em Janeiro, foi realizada Oficina de Fluxo em Sidrolândia/MS (Convênio N. 817917/2015). No que tange aos Convênios, não houve avanços no período de Fevereiro à Abril. Por outro lado, em Abril, elaborou-se o Projeto “O Fluxo Documental e a Identificação Civil Nacional (ICN)”. Em Maio, realizou-se 1 Mutirão em São Paulo, direcionado à População em Situação de Rua. Em Junho, realizou-se 1 Mutirão em Campo Grande/MS, no âmbito do Projeto Identidade Cidadã, em Parceria com o DEPEN, direcionado à População em Privação de Liberdade. Ademais, os Projetos Piloto sobre Povos Indígenas e População em Privação de Liberdade foram pactuados para realização no segundo semestre.

Resultado: No semestre passado, haviam sido realizadas 27 Oficinas e 20 Mutirões. Neste semestre, foram realizados 1 Oficina de Fluxo (MS) e 2 Mutirões (SP e MS). Totalizando 28 Oficinas de Fluxo e 22 Mutirões, até o momento.

Percentual de Execução: 71%

- 5.4 - Publicar Materiais sobre RCN - Registro Civil de Nascimento e DB - Documentação Básica.

Entrega Prevista: 10 Publicações Distribuídas.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Thiago Garcia.

Histórico de Implementação: Em Fevereiro, finalizou-se Cartilha Específica para Público Quilombola, aguardava-se autorização da SEPPIR referente aos direitos de imagem. Em Março, concluiu-se as Cartilhas para Quilombolas, Populações Tradicionais Extrativistas, População em Situação de Rua e População Privada de Liberdade, bem como foram pactuadas com parceiros e sociedade civil. Aguardava-se a diagramação final pela ASCOM para sua impressão e distribuição. Em Junho, a ASCOM encaminhou para a CGRCN a diagramação final das Cartilhas para Quilombolas, População em Situação de Rua e População em Privação de Liberdade.

Resultado: Já se encontram impressas e em distribuição as Cartilhas sobre Quilombolas e População em Situação de Rua. As publicações sobre Populações Tradicionais Extrativistas e População Privada de Liberdade encontram-se finalizadas e em fase de ajustes finais para sua impressão e distribuição. A impressão, destas últimas, não foi possível tendo em vista as limitações financeiras decorrentes do planejamento da Ascom.

Percentual de Execução: 27%

Projeto 6 – Celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)

Nível de Monitoramento – Secretário.

Em 10 de dezembro de 1948, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), cujo preâmbulo enfatiza que “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da

liberdade, da justiça e da paz no mundo”. O Artigo I afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (DUDH).

O PNDH-3 se constitui numa importante ferramenta para consolidação dos direitos humanos como política pública. O Brasil avançou na materialização das orientações que possibilitam a concretização e a promoção dos Direitos Humanos. Configura-se como amplo avanço a interministerialidade de suas diretrizes, de seus objetivos estratégicos e de suas ações programáticas. Em 2018, a DUDH completará 70 anos de aprovação e o MDH se prepara para organizar as celebrações. Nesse sentido, articulou-se neste semestre, a instituição de Comissão Nacional responsável pela organização das atividades de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos - Comissão DUDH 70, a qual foi instituída pela Portaria nº 179, de 05 de abril de 2018.

Além disto, foram propostas as iniciativas específicas da SNC para as celebrações. As ações foram validadas internamente dentro da SNC e pela Assessoria Especial do Ministro, bem como apresentadas aos gestores estaduais a fim de inspirá-los quanto à realização de atividades também nos estados. No que tange a atividade de auxílio da SNC na realização da cerimônia de Celebração dos 70 Anos da DUDH, a Secretaria participou das 2 Reuniões da Comissão DUDH 70, realizadas em Abril e Junho, respectivamente. Segue abaixo, as atividades previstas e vinculadas à Celebração que foram realizadas neste semestre:

O Lançamento do Pacto Interfederativo de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica; o Encontro Nacional de Gestores de Direitos Humanos; o Encontro Nacional do Sistema de Proteção a Vítimas e Testemunhas; a Publicação de Artigo referente ao Dia Mundial do Refugiado, bem como sua divulgação nas Redes Sociais; o Lançamento do Programa Nacional de Educação Continuada – PNEC_DH, o qual ofertou um Curso Celebrativo aos 70 Anos da DUDH, denominado "Direitos Humanos: Uma Declaração Universal", que analisa a importância, conteúdo e as garantias fundamentais estabelecidas na DUDH; e por fim, o III Encontro Nacional do Sistema de Proteção a Vítimas e Testemunhas.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 6.1 - Encaminhar Proposta de Decreto para Instituição de Comissão Nacional para Coordenar as Celebrações.

Entrega Prevista: Proposta Encaminhada.

Atividade Iniciada em Agosto/17.

Término Previsto para Setembro/17.

Responsável pela Atividade: Herbert Barros.

Histórico de Implementação: Neste semestre, articulou-se a instituição de Comissão responsável pela organização das atividades de celebração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos - Comissão DUDH 70, a qual foi instituída pela Portaria nº 179, de 05 de abril de 2018.

Resultado: Comissão Instituída pela Portaria nº 179, de 05 de abril de 2018.

Percentual de Execução: 100%

- 6.2 - Realizar a Assinatura do Decreto.
Entrega Prevista: Decreto Assinado.
Histórico de Implementação: A atividade excluída do Planejamento neste semestre, devido à definição de que ela passaria a ser uma ação interna ao Ministério dos Direitos Humanos. Assim, a Comissão seria instituída por Portaria e não por Decreto.
Resultado: Atividade Excluída.
- 6.3 - Mapear Iniciativas de Direitos Humanos Pré-Agendadas para Vinculá-las às Celebrações (da SNC e de outros atores).
Entrega Prevista: Mapeamento realizado.
Histórico de Implementação: Atividade excluída do Planejamento neste semestre, tendo em vista a redefinição do projeto de Celebração dos 70 anos da DUDH considerando a competência atual desta Secretaria.
Resultado: Atividade Excluída.
- 6.4 - Propor Iniciativas Específicas da SNC para as Celebrações.
Entrega Prevista: Iniciativas Propostas.
Atividade iniciada em Outubro/17.
Término Previsto para Julho/18.
Responsável pela Atividade: Herbert Barros.
Histórico de Implementação: Neste semestre, foram propostas as iniciativas específicas da SNC para as celebrações. As ações foram validadas internamente dentro da SNC e pela Assessoria Especial do Ministro, bem como apresentadas aos gestores estaduais a fim de inspirá-los quanto à realização de atividades também nos estados.
Resultado: Atividade Concluída.
Percentual de Execução: 100%
- 6.5 - Conceber e Propor Conjunto de Ações Vinculadas à DUDH - Declaração Universal de Direitos Humanos a órgãos públicos federais, a governos estaduais e municipais, a colegiados e a organizações da sociedade civil.
Entrega Prevista: Propostas Definidas; Propostas Enviadas.
Histórico de Implementação: Atividade excluída do Planejamento neste semestre, tendo em vista a redefinição do projeto de Celebração dos 70 anos da DUDH considerando a competência atual desta Secretaria.
Resultado: Atividade Excluída.
- 6.6 – Auxiliar a Cerimônia de Celebração dos 70 anos da DUDH - Declaração Universal de Direitos Humanos.
Entrega Prevista: Cerimônia Realizada.
Atividade Iniciada em Set/17
Término Previsto para Dez/18
Responsável pela Atividade: Caroline Reis.
Histórico de Implementação: No que tange a implementação desta atividade, a Secretaria Nacional de Cidadania participou das 2 Reuniões da Comissão DUDH 70, realizadas em Abril e Junho, respectivamente.

Resultado: Participação nas 2 Reuniões da Comissão DUDH 70 Realizadas.
Percentual de Execução: 50%

- 6.7 - Implementar as Atividades Propostas pela SNC.

Entrega Prevista: Atividades Realizadas.

Atividade Iniciada em Maio/18

Término Previsto para Dezembro/18

Responsável pela Atividade: Caroline Reis.

Histórico de Implementação: Atividade incluída neste semestre no Planejamento da SNC, tendo em vista a redefinição do projeto de Celebração dos 70 anos da DUDH e considerando a competência atual desta Secretaria, definimos que a responsabilidade atual é de implementar as atividades propostas pelas áreas da SNC. Neste semestre, foram realizadas as seguintes atividades vinculadas à Celebração: O Lançamento do Pacto Interfederativo de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica; o Encontro Nacional de Gestores de Direitos Humanos; o Encontro Nacional do Sistema de Proteção a Vítimas e Testemunhas; a Publicação de Artigo referente ao Dia Mundial do Refugiado, bem como sua divulgação nas Redes Sociais; o Lançamento do Programa Nacional de Educação Continuada – PNEC_DH, o qual ofertou um Curso Celebrativo aos 70 Anos da DUDH, denominado "Direitos Humanos: Uma Declaração Universal", que analisa a importância, conteúdo e as garantias fundamentais estabelecidas na DUDH; e por fim, o III Encontro Nacional do Sistema de Proteção a Vítimas e Testemunhas.

Resultado: Realizaram-se 6 Atividades Propostas.

Percentual de Execução: 38%

Projeto 7 – Implementar o Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Paz e dos Direitos Humanos.

Nível de Monitoramento – Secretário.

O Pacto Nacional Universitário prevê a inserção e a implementação da Educação em Direitos Humanos nas Instituições de Ensino Superior para a Promoção e a Defesa dos Direitos Humanos, por intermédio da conjugação de esforços dos participantes – de acordo com sua natureza institucional – mediante a formulação, implementação, monitoramento e disseminação de medidas fundamentadas na universalidade, indivisibilidade e transversalidade dos Direitos Humanos. Aberto à adesão das Instituições de Educação Superior (IES) e de Entidades Apoiadoras (EAs), o objetivo do Pacto é superar a violência, o preconceito e a discriminação, e promover atividades educativas de promoção e defesa dos direitos humanos nas IES.

Podem participar do Pacto Universitário Instituições de Ensino Superior (IES) de qualquer natureza — pública, privada, comunitária, federal, estadual, municipal ou de ensino profissional e tecnológico — e Entidades Apoiadoras (EAs) — instituições, associações, organizações da sociedade civil, órgãos ou entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, fundações ou empresas nacionais e internacionais que intencionem exercer atividades em parceria com os órgãos públicos e privados que fazem parte do Pacto.

Haja vista a implementação do Pacto, foram previstas as seguintes atividades: Criação de Metodologia de Segmentação e Aproximação com EAs, a qual foi concluída em 2017; Articulação com Potenciais EAs; Auxílio na Criação dos Planos de Atuação; Criação de Metodologia de Monitoramento dos Planos de Atuação; Apoio na realização de Ações Concretas das EAs; e por fim, o Monitoramento Semestral da Implementação do Pacto. Dentre os avanços alcançados neste último semestre, destaca-se mais 6 novas adesões firmadas, totalizando até o momento, 36 novas adesões ao Pacto. No que se refere ao Auxílio na Criação dos Planos de Atuação, foram elaborados 5 novos Planos, totalizando 14 Planos disponibilizados no Portal do Pacto. No âmbito da atividade concernente ao Monitoramento dos Planos de Atuação, elaborou-se o Termo de Referência para Contratação de Consultoria para elaboração da metodologia de monitoramento, bem como publicou-se o edital de contratação. Por fim, elaborou-se o Primeiro Relatório Semestral de Monitoramento da Implementação do Pacto, o qual aguarda publicação no Portal do MEC (SIMEC).

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 7.1 - Criar Metodologia de Segmentação e Aproximação com Entidades Apoiadoras (EAs).
Entrega Prevista: Metodologia Concebida.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Junho/17.
Responsável pela Atividade: Fernanda Brito / Thais Ribeiro.
Histórico de Implementação: Metodologia Elaborada em Junho.
Resultado: Metodologia Elaborada.
Percentual de Execução: 100%

- 7.2 - Articular com Potenciais Entidades Apoiadoras (EAs).
Entrega Prevista: Adesões Firmadas.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Adriana Escorse / Thais Ribeiro.
Histórico de Implementação: Em Fevereiro, havia 31 Adesões. Em Março, 34 Adesões. Em Abril e Maio, 36 Adesões. Em Junho, o Portal do MEC (SIMEC) estava apresentando problema na realização de acessos, impossibilitando a apuração dos resultados de adesão, até o momento.
Resultado: 36 Adesões Firmadas.
Percentual de Execução: 95%

- 7.3 - Auxiliar a Criação dos Planos de Atuação.
Entrega Prevista: 40 Planos Elaborados.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Adriana Escorse / Thais Ribeiro.
Histórico de Implementação: Entre Janeiro e Março, haviam 11 Planos disponibilizados no Portal do Pacto. Em Abril e Maio, 14 Planos. Em Junho, o Portal do

MEC (SIMEC) estava apresentando problema na realização de acessos, impossibilitando a apuração dos Planos de Atuação elaborados.

Resultado: 14 Planos Elaborados.

Percentual de Execução: 35%

- 7.4 - Criar Metodologia de Monitoramento dos Planos de Atuação.

Entrega Prevista: Metodologia Concebida.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Agosto/18.

Responsável pela Atividade: Adriana Escorse / Thais Ribeiro.

Histórico de Implementação: Em Fevereiro, destacou-se que seria realizada contratação de consultoria para apoio na elaboração da metodologia. Em Março, o Termo de Referência para contratação de consultoria foi elaborado e encaminhado para publicação. Em Abril, foi publicado o Termo de Referência. Em Maio, haviam sido recebidos 7 currículos, os quais estavam em análise. Em Junho, houve necessidade de republicação do edital para contratação de consultoria, pois os currículos recebidos não atenderam aos critérios necessários à continuidade do processo de seleção.

Percentual de Execução: 25%

- 7.5 - Apoiar a Realização de Ações Concretas das Entidades Apoiadoras (EAs).

Entrega Prevista: 2 Relatórios de Acompanhamento das Ações Implementadas.

Atividade Iniciada em Novembro/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Adriana Escorse / Thais Ribeiro.

Histórico de Implementação: Esta Atividade 7.5 depende da Atividade 7.4, concernente à Elaboração de Metodologia de Monitoramento dos Planos de Atuação.

Resultado: Início da Atividade depende da Conclusão da Atividade 7.4.

Percentual de Execução: 0%

- 7.6 - Monitorar Semestralmente a Implementação do Pacto.

Entrega Prevista: 3 Relatórios Semestrais Elaborados e Divulgados.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Adriana Escorse / Thais Ribeiro.

Histórico de Implementação: Em Fevereiro, o Primeiro Relatório de Adesão havia sido elaborado e encaminhado ao MEC para avaliação e posterior publicação no Portal. Em março, ainda aguardava-se posição sobre publicação. Nos meses seguintes, não houve avanços na consecução da atividade. Em Junho, destaca-se que o Portal do MEC (SIMEC) estava apresentando problema na realização de acessos, impossibilitando a apuração dos dados necessários para a elaboração do relatório.

Resultado: Primeiro Relatório elaborado, aguardando divulgação em Portal.

Percentual de Execução: 17%

Projeto 8 – Realizar a 12ª Mostra Cinema e Direitos Humanos.

Trata-se de ação prevista no Eixo Orientador V "Educação e Cultura em Direitos Humanos" do Programa Nacional de Direitos Humanos – 3 (PNDH-3), além dos aspectos destacados no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). A Mostra Cinema e Direitos Humanos no Mundo é uma iniciativa de promoção da cultura e da educação em direitos humanos por meio da linguagem cinematográfica, apresentando obras que discutem temas atuais de Direitos Humanos. Neste semestre, destaca-se no âmbito do projeto, a captação de 130 mil reais para a realização da Mostra, bem como a continuidade da articulação visando à prospecção de mais recursos por meio de Convênios e Emendas Parlamentares.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 8.1 - Publicar Edital de Seleção da Produtora Nacional.
Entrega Prevista: Edital Publicado.
Atividade Iniciada em Julho/17.
Término Previsto para Outubro/17.
Responsável pela Atividade: Thais Ribeiro.
Histórico de Implementação: Edital de Chamamento Público nº 01/2017.
Resultado: Edital Publicado em 03/10/2017. Atividade Concluída.
Percentual de Execução: 100%
- 8.2 - Firmar Parceria com Entidade Produtora.
Entrega Prevista: Parceria Firmada.
Atividade Iniciada em Setembro/17.
Término Previsto para Novembro/18
Responsável pela Atividade: Thais Ribeiro.
Histórico de Implementação: Acordo de Cooperação Assinado.
Resultado: Parceria Firmada. Atividade Concluída.
Percentual de Execução: 100%
- 8.3 - Apresentar Projeto para Lei Rouanet.
Entrega Prevista: Projeto Enviado.
Atividade Iniciada em Setembro/17
Término Previsto para Novembro/17
Responsável pela Atividade: Thais Ribeiro.
Histórico de Implementação: Convertido em projeto cultural com PRONAC, o que permite o início da captação de recursos pela organização da sociedade civil selecionada. Atividade Concluída.
Resultado: Projeto Inscrito e Realizado.
Percentual de Execução: 100%
- 8.4 - Prospeccionar Recursos junto a Patrocinadores.
Entrega Prevista: Recursos Captados.
Atividade Iniciada em Setembro/17.

Término Previsto para Julho/18.

Responsável pela Atividade: Adriana Escorse / Thais Ribeiro.

Histórico de Implementação: Em Janeiro, 200 mil reais de Emendas Parlamentares haviam sido prospectadas e destinadas ao Projeto. Em Fevereiro, o Recurso da Emenda de 200 mil reais foi bloqueado, inviabilizando a formalização do instrumento. Por outro lado, foram recebidas 2 respostas de patrocínio (Banco Itaú - R\$ 50.000,00 e Banco Amazônia - R\$ 80.000,00), que encontravam-se em avaliação. Em Março, o valor prospectado era de 130 mil reais. Em Abril, estava em articulação o processo de prospecção de Emendas Parlamentares com o Ministério da Cultura para o Circuito Difusão no valor de R\$ 450 mil. Em Maio, já havia sido apresentado o Projeto ao Ministério da Cultura, entretanto, apontaram-se pendências e o projeto entrou em complementação de proposta. Além disso, estava em avaliação oportunidades de apoio por meio de Convênios e Emendas Parlamentares. Sem mais avanços no momento.

Resultado: Valor Prospectado – 130 Mil Reais.

Percentual de Execução: 6,5%

- 8.5 - Realizar Circuito Principal.

Entrega Prevista: Circuito Principal Realizado.

Atividade Iniciada em Março/18.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Adriana Escorse / Thais Ribeiro.

Histórico de Implementação: Início da Atividade depende de atividades anteriores.

Resultado: Início da Atividade depende de atividades anteriores.

Percentual de Execução: 0%

- 8.6 - Realizar Circuito Difusão.

Entrega Prevista: Circuito Difusão Realizado.

Atividade Iniciada em Maio/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Adriana Escorse / Thais Ribeiro.

Histórico de Implementação: Início da Atividade depende de atividades anteriores.

Resultado: Início da Atividade depende de atividades anteriores.

Percentual de Execução: 0%

Projeto 9 – Implementar Ações de Fomento e Fortalecimento da Temática de Empresas e Direitos Humanos no País.

Nível de Monitoramento – Departamento.

O PNDH-3, estabelece o compromisso do Estado de levar a cabo ações que pudessem cobrar das empresas o respeito pelos Direitos Humanos, ao estabelecer, no objetivo estratégico II da Diretriz 5 (afirmação dos princípios da dignidade humana e da equidade como fundamentos do processo de desenvolvimento nacional), duas ações programáticas: (a) instituir um código de conduta em Direitos Humanos para ser considerado no âmbito do poder público

como critério para a contratação e financiamento de empresas; (b) ampliar a adesão de empresas ao compromisso de responsabilidade social e direitos humanos.

O Estado tem o dever de respeitar, proteger e implementar os direitos humanos das pessoas, e reparar eventuais danos decorrentes de violações cometidas em seu território e/ou sua jurisdição, inclusive por empresas. O Brasil já sinalizou intenção de desenvolver um Plano de Ação Nacional sobre Empresas e Direitos Humanos; ao mesmo tempo, há diversas iniciativas de diferentes atores governamentais relacionadas ao tema empresas e direitos humanos. A fim de impulsionar essa temática, assim como sistematizar iniciativas esparsas, o projeto prevê a implementação de ações de fomento e fortalecimento da temática de Empresas e Direitos Humanos no país. Nesse contexto, foram propostas

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 9.1 - Receber e Analisar o Produto do Perito da União Europeia.
Entrega Prevista: Nota Técnica sobre o Produto Realizada.
Atividade Iniciada em Julho/17.
Término Previsto para Setembro/17.
Responsável pela Atividade: Victoriana.
Histórico de Implementação: No semestre passado, a Nota Técnica foi enviada para a União Europeia, entretanto não foi recebida devolutiva e não haverá aproveitamento deste produto. De todo modo, a atividade como inicialmente proposta foi concluída.
Resultado: Nota Técnica Remetida para a UE.
Percentual de Execução: 100%
- 9.2 - Formalizar Parceria para Elaboração de Metodologia e Sistematização da Avaliação de Base.
Entrega Prevista: Termo de Acordo firmado.
Histórico de Implementação: A atividade foi excluída do Planejamento neste semestre, em razão de mudança na diretriz da SNC e redefinição de estratégia.
Resultado: Atividade Excluída.
- 9.3 - Elaborar e Implementar Metodologia para Sistematizar Experiências e Práticas na Temática de Empresas e Direitos Humanos.
Entrega Prevista: Metodologia Elaborada e Implementada.
Histórico de Implementação: A atividade foi excluída do Planejamento neste semestre, em razão de mudança na diretriz da SNC e redefinição de estratégia.
Resultado: Atividade Excluída.
- 9.4 - Elaborar Documento de Sistematização da Avaliação de Base sobre "Empresas e Direitos Humanos", com Contribuições recebidas em Consulta Pública.
Entrega Prevista: Documento de Sistematização da avaliação de base elaborado; Consulta Pública realizada e contribuições incorporadas.

Histórico de Implementação: A atividade foi excluída do Planejamento neste semestre, em razão de mudança na diretriz da SNC e redefinição de estratégia.

Resultado: Atividade Excluída.

- 9.5 - Elaboração do Plano de Recomendações.

Entrega Prevista: Plano de Recomendações Finalizado e Pactuação da Implementação das Recomendações.

Atividade Iniciada em Março/18.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Victoriana Gonzaga.

Histórico de Implementação: Neste semestre, esta atividade foi incluída no Planejamento da SNC. O Plano será umas das entregas da Secretaria sobre a temática de Empresas e Direitos Humanos, após redefinição de estratégia. Em Janeiro, o Plano de Monitoramento de Recomendações estava sendo construído e a metodologia para levantar estado da arte das recomendações a ser desenvolvido com FGV. Em Março, destaca-se a realização do levantamento das recomendações, e início do processo de sistematização e construção de um relatório. Em Maio, esboço foi finalizado e dialogado com a sociedade civil, com ampliação dos documentos a serem considerados. Em seguida, foi apresentado ao Gabinete do Ministro. A próxima etapa consiste em encaminhar questionamento para demais órgãos e atores sobre o cumprimento das recomendações. Por fim, validou-se atividade com o Secretário-Executivo Adjunto do Ministério dos Direitos Humanos e está pendente o início do envio de ofícios.

Resultado: Documento de Levantamento das Recomendações Elaborado.

Percentual de Execução: 25%

- 9.6 - Publicizar os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU.

Entrega Prevista: Publicação sobre os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU elaborada; Oficina sobre as Diretrizes da OCDE e dos Princípios Orientadores da ONU realizada; Publicização no site do MDH realizada.

Atividade Iniciada em Julho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Victoriana Gonzaga.

Histórico de Implementação: Neste semestre, incluiu-se esta atividade no Planejamento da SNC. No que tange aos avanços já alcançados, em Maio, os exemplares da Publicação “Implementando os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU: O Dever do Estado de Proteger e a Obrigação das Empresas de Respeitar os Direitos Humanos” foram encaminhados por correio para Ministérios, Empresas (Públicas) e demais atores. Ademais, incluiu-se a Temática “Empresas e Direitos Humanos” nos temas do Site do MDH, tendo em vista ampliar a divulgação da temática e dar conhecimento do envolvimento do Ministério. Além disso, ao longo de Maio e Abril, pautou-se o tema em agendas e reuniões com diversos atores (Audiência Pública realizada pelo Conectas, IBGC, HSM Educação Corporativa; Evento do Ethos; Firjan, Petrobras, BNDES; Comissão ODS; Vale; PNUD, SICOOB, MDIC; Comitê de Contratos e Licitações do MDH) com o intuito de sensibilizar e dar visibilidade à temática e também publicidade aos Programas Orientadores da ONU.

**Resultado: Realizada Distribuição da Publicação sobre os Princípios Orientadores da Temática; Realizada Oficina sobre as Diretrizes da OCDE e dos Princípios Orientadores da ONU; Realizada Publicização no Site do MDH.
Percentual de Execução: 86%**

Projeto 10 – Fortalecimento das discussões sobre Diversidade Religiosa e Estado Laico.

Nível de Monitoramento – Departamento.

A liberdade religiosa diz respeito ao direito tanto na escolha de determinada convicção ou tradição religiosa quanto o de não proferir religião alguma. A laicidade do Estado se institui como mecanismo democrático, pressuposto e garantia da liberdade de religião, filosofias, crenças, opiniões e convicções e de que todas as religiões possam conviver em igualdade.

Esta pauta ainda enfrenta diversas resistências nos mais diversos âmbitos da sociedade nacional e internacional. No entanto, já existem boas discussões iniciadas. Nesse sentido, busca-se, neste projeto o fortalecimento da discussão, levantando o tema junto à sociedade nacional e desmobilizando barreiras para avançar no tema, promovendo o respeito as mais distintas crenças e sensibilizando o Estado sobre a laicidade de sua função.

No último semestre, dentre os avanços alcançados, destaca-se a publicação do Livro intitulado o “Estado Laico, Intolerância Religiosa e Diversidade Religiosa no Brasil: Pesquisas, Reflexões e Debates”, resultado do Seminário Nacional realizado em 2016. Ademais, encontra-se em organização o “Fórum Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa - A Promoção da Liberdade de Religião ou Crença no Marco dos 70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos”, o qual está previsto para os dias 5 e 6 de dezembro de 2018. Por fim, ressalta-se que o Projeto para o Lançamento do Repositório de Jurisprudência sobre Intolerância Religiosa no Brasil encontra-se em fase de elaboração, de modo que o produto já foi entregue pela Consultoria contratada, bem como deliberado e validado pela ASDIR e CNRDR.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 10.1 - Produzir Publicação sobre o Seminário Nacional Realizado em Nov/2016.
Entrega Prevista: Publicação Lançada.
Atividade Iniciada em Junho/17.
Término Previsto para Abril/18.
Responsável pela Atividade: Thiago Garcia.
Histórico de Implementação: Em Janeiro, o texto e layout estavam prontos para impressão, o arquivo retornou para a ASDIR fazer alterações. Em Fevereiro, o Livro foi publicado e em Abril/18, cumpriu-se o mapeamento de distribuição da publicação.
Resultado: Atividade Concluída.
Percentual de Execução: 100%
- 10.2 - Realizar Evento sobre Diversidade Religiosa e Estado Laico.

Entrega Prevista: Evento Realizado.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Thiago Garcia.

Histórico de Implementação: Neste semestre, o Formato do Seminário Internacional foi alterado devido à indisponibilidade de agenda do relator da ONU. Em razão da reavaliação do objetivo do Evento, o próximo passo consiste na elaboração de Termo de Referência para contratação de Consultoria. Em Abril, o Termo de Referência estava em fase de elaboração. Em Junho, na 14ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa (CNRDR), definiu-se algumas informações que subsidiarão a elaboração do Termo de Referência e do Projeto de Execução do Evento. O Evento está previsto para os dias 5 e 6 de dezembro de 2018, em Brasília/DF, com o nome “Fórum Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa” e com o subtítulo “A promoção da liberdade de religião ou crença no marco dos 70 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos”. O Fórum contará com um formato estruturado em Painéis Temáticos com diálogos e apresentações de práticas e experiências exitosas de promoção da diversidade religiosa. Além disso, criou-se uma Comissão Organizadora para o Evento, constituída pela equipe ASDIR, por representante do Ministério da Saúde e por representantes da sociedade civil no CNRDR.

Resultado: Definição de Data, Local, Temática e Formato do Evento, bem como de uma Comissão Organizadora do Fórum.

Percentual de Execução: 29%

- 10.3 - Produzir Publicação sobre Redações Nota 1000 Lançada em Parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Entrega Prevista: Publicação Lançada.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Thiago Garcia.

Histórico de Implementação: Em Janeiro, não havia retorno do INEP e por isso, solicitava-se contato com a alta gestão do Instituto para garantia do seu comprometimento com a ação. Nos demais meses, não houve avanços.

Resultado: Não houve avanços na consecução desta Atividade, em razão de dificuldades na articulação e diálogo com o INEP. A execução desta entrega não será possível, visto que não houve colaboração por parte do Inep no sentido de disponibilizar as redações em tempo hábil para a organização da publicação.

Percentual de Execução: 0%

- 10.4 - Produzir Repositório de Jurisprudência sobre Intolerância Religiosa no Brasil.

Entrega Prevista: Repositório Lançado.

Atividade Iniciada em Julho/17.

Término Previsto para Março/18.

Responsável pela Atividade: Thiago Garcia.

Histórico de Implementação: Em Janeiro, o Produto foi entregue pela Consultoria e estava em fase de revisão final. Em Fevereiro, aprovou-se o Produto, estando pendente o seu lançamento. Em Abril, o Produto foi apreciado durante a 13ª Reunião Ordinária

do CNRDR. Recomendou-se a ampliação para a disponibilização de outras mídias de conteúdo, como música, vídeos, recortes de audiências, dentre outras, e principalmente a legislação. Ademais, o Projeto para o lançamento do Repositório encontrava-se em fase de elaboração. Em Maio, considerando os encaminhamentos da última Reunião Ordinária do Comitê, a ASDIR com a colaboração de Conselheira do Mato Grosso do Sul, por sua experiência enquanto bibliotecária e com a plataforma DSpace, elaborará um projeto para nortear o lançamento da plataforma do Repositório junto à ASCOM. Têm-se realizado diálogo com a ASCOM sobre o melhor formato para a disponibilização das informações no site do MDH.

Resultado: Neste semestre, o Produto foi entregue pela Consultoria, Revisado e Aprovado pela ASDIR e CNRDR.

Percentual de Execução: 67%

Objetivo 3: Fortalecer a Institucionalidade de Secretaria.

No intuito de fortalecer a Institucionalidade da Secretaria Nacional de Cidadania foram propostos 4 Projetos no Planejamento a serem implementados até o final de 2018. Dentre eles, está a Implementação do Sistema de Governança da SNC tendo em vista embasar a tomada de decisão dos dirigentes; o Projeto conta com atividades como o Mapeamento de Processos Estratégicos e a Definição de Fluxos Prioritários da SNC, bem como a Instituição de Mecanismos de Preservação da Memória Institucional. Além disso, compõe este Objetivo, o Projeto de Fortalecimento do Relacionamento da Secretaria com a Rede de Direitos Humanos; o Projeto de Fortalecimento da Atuação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, vislumbrando seu credenciamento como Instituição Nacional de Direitos Humanos perante a ONU e por último, a Promoção de Ações de Direitos Humanos junto ao Sistema de Justiça.

49

Projeto 1 - Implementação do Sistema de Governança.

Nível de Monitoramento – Secretária.

A finalidade da instituição do modelo de governança na Secretaria Nacional de Cidadania é qualificar sua atuação, por meio da definição de uma gestão estratégica, que propicie o alcance dos resultados propostos no Planejamento das suas ações. Sendo composto por um conjunto de instâncias que ajudarão na tomada de decisão, o funcionamento do Sistema de Governança tem, ainda, como responsabilidade o aprimoramento de processos e fluxos e a preservação da memória institucional da Secretaria. Neste semestre, publicou-se a Portaria de Designação dos Membros das Comissões de Apoio ao Comitê de Coordenação, Planejamento e Governança – CCP, instância do Modelo de Governança da SNC. Entre Janeiro e Junho de 2018, foram realizadas 6 Reuniões do Comitê de Coordenação, Planejamento e Orçamento da Secretaria, bem como foram elaborados 6 Relatórios de Monitoramento do Planejamento.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 1.1 - Instituir o Sistema de Governança da SNC e Designar os Membros de cada Instância.

Entrega Prevista: Portaria de Instituição do Sistema de Governança Publicada; Portaria de Designação dos Membros Publicada.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Junho/17.

Responsável pela Atividade: Caroline Reis

Histórico de Implementação: Em Março, a Portaria de Designação dos Membros das Comissões foi enviada para avaliação da CONJUR. Em Abril, publicou-se a Portaria de Designação no Diário Oficial da União – Portaria nº 3, de 16 de abril de 2018.

Resultado: No semestre passado, foi publicada a Portaria de Instituição do Modelo de Governança da SNC – Portaria nº 69, de 15 de setembro de 2017. Neste semestre, publicou-se a Portaria de Designação dos Membros das Comissões – Portaria nº 3, de 16 de abril de 2018. Atividade Concluída.

Percentual de Execução: 100%

- 1.2 - Monitorar o Plano Estratégico nas Reuniões do CCP - Comitê de Coordenação e Planejamento.

Entrega Prevista: 18 Relatórios de Monitoramento Remetidos aos Dirigentes.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Caroline Reis.

Histórico de Implementação: Neste semestre, foram elaborados e disponibilizados 5 Relatórios de Monitoramento, sendo este o 6º Relatório, o Relatório Semestral.

Resultado: 5 Relatórios Mensais e o Relatório Semestral. Totalizando até o momento 12 Relatórios de Monitoramento, os quais estão disponibilizados na Pasta Compartilhada do MDH e no Processo SEI nº 00135205667201817.

Percentual de Execução: 67%

- 1.3 - Implementar Instrumentos de Preservação da Memória Institucional da SNC.

Entrega Prevista: 2 Balanços Anuais de Atividades Realizados e Divulgados.

Atividade Iniciada em Dezembro/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Caroline Reis.

Histórico de Implementação: No semestre passado, foi elaborado o Balanço de Gestão da Secretária Flávia, contendo as ações implementadas ao longo de 2017. O próximo Balanço de Gestão está previsto para ser confeccionado no final do ano de 2018.

Resultado: 1 Balanço de Gestão, contendo as ações implementadas em 2017.

Percentual de Execução: 50%

- 1.4 – Definir Processos Prioritários a serem Mapeados até 2018.

Entrega Prevista: 2 Processos Prioritários Definidos.

Atividade Iniciada em Agosto/17.

Término Previsto para Outubro/18.

Responsável pela Atividade: Caroline Reis.

Histórico de Implementação: Neste semestre, definiu-se como prioritário o Processo de Conveniamento. Não houve mais avanços ao longo do período.

Resultado: Definição do Processo de Conveniamento.

Percentual de Execução: 50%

- 1.5 - Mapear Processos Prioritários.

Entrega Prevista: Processos Mapeados e com Propostas de Aprimoramento.

Atividade Iniciada em Outubro/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Caroline Reis.

Histórico de Implementação: Neste semestre, iniciou-se o Mapeamento do Processo de Conveniamento. Não houve mais avanços ao longo do período.

Resultado: Iniciado Mapeamento do Processo de Conveniamento.

Percentual de Execução: 25%

- 1.6 - Definir Fluxos para Aprimorar a Gestão de Crise.

Entrega Prevista: Fluxo de Gestão de Crise definido.

Atividade Iniciada em Julho/17.

Término Previsto para Setembro/18.

Responsável pela Atividade: Fabiana Gadelha.

Histórico de Implementação: Em Abril, apresentou-se ao Secretário Adjunto da SNC proposta de botão do Pânico para a proteção dos Defensores de Direitos Humanos. Em Junho, destacou-se a realização de reuniões com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura; com as Diretoras da SNC e com a Ouvidoria do MDH.

Resultado: Reuniões de Articulação Realizadas.

Percentual de Execução: 25%

Projeto 2 – Implementar Ações que garantam a Institucionalidade, a Autonomia Administrativa e Orçamentária do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Nível de Monitoramento: Secretário.

A Consolidação da Autonomia Administrativa, de Infraestrutura e Orçamentária do Conselho Nacional de Direitos Humanos - CNDH em relação ao Ministério dos Direitos Humanos – MDH é essencial para assegurar a independência do Conselho. Essa independência, por sua vez, se torna essencial para o credenciamento do CNDH como Instituição Nacional de Direitos Humanos, de acordo com os princípios de Paris. Para avançar neste projeto, destaca-se neste semestre, a realização de Reuniões de Articulação visando à construção do Plano de Ações do CNDH. Além disso, no âmbito da atividade de construção de sua Autonomia Orçamentária, criou-se um PO Específico com orçamento estabelecido do CNDH, assim como foi construído o seu Cadastro da Ação Orçamentária e enviado ao MPOG. Ademais, têm-se realizadas diversas articulações visando à requisição de novos Servidores à Coordenação-Geral do CNDH, haja vista a construção de sua Autonomia Administrativa. Por fim, ressaltam-se os seguintes avanços referentes às ações de Divulgação, Preservação da Memória Institucional e Transparência do CNDH: Distribuição de Mil Folders Institucionais; Articulação com o IPEA, para estabelecimento de parceria com o Instituto; e Realização de diversas articulações visando à criação do site próprio do CNDH, tais tratativas encontram-se em fase final.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 2.1 - Construir Plano de Ações com Base nos Requisitos Necessários ao Credenciamento como Instituição Nacional de Direitos Humanos.

Entrega Prevista: Plano de Ações Construído.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Renata Studart.

Histórico de Implementação: Em Janeiro, iniciou-se a construção do Plano de Ação para o credenciamento do CNDH, com o envio de ofício ao ACNUDH para auxiliar no desenho das estratégias a serem adotadas. Em Abril, realizou-se Audiência da Mesa Diretora do CNDH com o Ministro de Direitos Humanos, apresentando-se a necessidade de consolidar o CNDH como Instituição Nacional de Direitos Humanos do Brasil. Em Maio, realizou-se reunião com representação do ACNUDH para angariar informações sobre a questão do credenciamento e os desafios do CNDH.

Resultado: Plano de Ação Iniciado e Reuniões de Articulação Realizadas.

Percentual de Execução: 20%

- 2.2 - Construir Autonomia Orçamentária do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Entrega Prevista: Criação de Ação Orçamentária Própria; Elaboração do Plano Orçamentário Anual.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Renata Studart.

Histórico de Implementação: Em Janeiro, enviaram-se ofícios para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPOG e Ministério dos Direitos Humanos – MDH recomendando o cumprimento do art. 14 da Lei nº 12.986/14, que dispõe sobre a conta de dotação orçamentária própria deste Conselho, que garantam o pleno funcionamento do colegiado. Em Fevereiro, o MDH sugeriu a possibilidade de inserção de um Programa Orçamentário do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH dentro do Programa 2034. Em Março, criou-se o PO específico do CNDH, com a caracterização, resultados e indicadores estabelecidos por esta Coordenação-Geral e a disponibilização de 600 mil reais para o ano de 2018. Em Junho, foi construído o cadastro da Ação Orçamentária do CNDH e enviado ao MPOG.

Resultado: Criação de PO Específico com Orçamento Estabelecido.

Percentual de execução: 50%

- 2.3 - Articular a Inclusão do Caráter Autônomo e Independente do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos em Instrumento Normativo Específico.

Entrega Prevista: Ato Normativo Específico Publicado.

Atividade Iniciada em Julho/17.

Término Previsto para Junho/18.

Responsável pela Atividade: Renata Studart.

Histórico de Implementação: Sem avanços na consecução da atividade, neste período.

Resultado: Não houve avanço na Atividade.

Percentual de Execução: 0%

- 2.4 - Realizar Gestões junto aos Órgãos Competentes para Apoiar a Construção da Autonomia Administrativa do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Entrega Prevista: 04 Novos Servidores Requisitados; Espaço Próprio Definido.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Renata Studart.

Histórico de Implementação: Em Janeiro, destacou-se que o Servidor requisitado em novembro de 2017, saiu do CNDH, neste mês de Janeiro de 2018. Neste mesmo mês de dezembro de 2017, a requisição de outra Servidora avançou, estando em vias de ser finalizada. Em Fevereiro, atualizou-se que a Servidora que estava em vias de ser requisitada desistiu da vinda, mas iniciou-se as tratativas para a vinda de outra Servidora. Em Março, publicou-se Edital de Chamamento de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental com cinco vagas para a Coordenação-Geral do CNDH. Em Abril, destacou-se a previsão de 1 Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental para ser lotada na Coordenação-Geral. Além disso, solicitou-se a requisição de 1 Servidora ATPS do MDS, a requisição já havia sido autorizada pelo MDH, mas o ofício ao MDS ainda não havia sido enviado. Em Maio, solicitou-se a requisição de 1 Gestora em Comunicação Pública, atualmente lotada na EBC, para compor a equipe. Com relação à Servidora do MDS, já havia sido enviado o processo ao órgão de lotação da mesma, mas ainda não se tinha notícias sobre os trâmites da requisição no MDS. Por fim, realizou-se entrevista com uma ATPS, de lotação originária no MTE, mas que atualmente está requisitada para a SNJ/SEGOV.

Resultado: Articulações para Requisição de Novos Servidores em Andamento.

Percentual de Execução: 20%

- 2.5 - Realizar Ações de Divulgação, de Preservação da Memória Institucional e de Transparência da Atuação do CNDH - Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Entrega Prevista: Site Próprio Criado e em Funcionamento; 2 Parcerias para divulgação do Conselho firmada; Consultoria para Memória Institucional Contratada; 2 Relatórios Anuais Publicados; Flyers Distribuídos.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Renata Studart.

Histórico de Implementação: Em Janeiro, formalizou-se as tratativas com a SECOM e a ASCOM/MDH para dar andamento na elaboração do site do CNDH. Em Março, foram impressos 1 Mil folders institucionais do CNDH pela DPU e distribuídos no Fórum Social Mundial. Ademais, foi feita solicitação interna da Coordenação-Geral do CNDH para impressão de 5 Mil folders pelo MDH. Sobre o site, a ASCOM informou que fez contato com a SECOM sobre a sua criação, porém fazia-se necessária realização de reunião com a Secretaria. Em Abril, realizou-se Reunião com Diretor do Departamento de Estratégia de Comunicação Digital da SECOM, junto com a ASCOM do MDH, ficando autorizada a construção de um site próprio do CNDH. O próximo passo previsto era a realização de um TED para a SECOM, com o valor aproximado de 140 mil reais, para iniciar o projeto do site. Além disso, realizou-se Reunião com o IPEA e será firmada parceria com o MDH para que seja elaborado estudo sobre o aprimoramento dos Conselhos visando à garantia do seu funcionamento e efetividade das suas ações. Em Maio, realizou-se articulação com as Diretorias de Defesa, LGBT e Promoção da SNC, para remanejamento de orçamento para ser utilizado na criação do site. Ademais, houve Reunião do IPEA com o CNDH para detalhamento do estudo, de modo que, apresentaram-se as informações sobre a parceria para o Pleno do CNDH na 37ª Reunião Ordinária. Em Junho, a SECOM encaminhou a primeira proposta de

orçamento do site, elaborada pela empresa contratada por órgão. Porém, o valor está sendo rediscutido para que seja fechado em 140 mil. Para o pagamento, se utilizará 90 mil do PRODOC - UNESCO 3010 e 50 mil do Plano Orçamentário do CNDH para fazer um TED à SECOM, tão logo esteja fechado o orçamento do site.

Resultado: Impressão e Distribuição de Mil Folders Institucionais; Articulação para Criação de Site Próprio do CNDH em Fase Final, a Proposta de Orçamento encontra-se em Discussão; Articulação para Parceria com IPEA Realizada.

Percentual de Execução: 17%

Projeto 3 - Fortalecimento da Atuação da Secretaria Nacional de Cidadania junto às Redes de Políticas de Direitos Humanos.

54

Nível de Monitoramento: Secretário.

A Promoção e Defesa de Direitos Humanos demanda ações articuladas entre todas as esferas de Governo e Sociedade Civil. Assim, se faz essencial que a Secretaria Nacional de Cidadania – SNC fortaleça sua articulação junto a todos os parceiros envolvidos com a causa, fortalecendo assim as Redes de Políticas de Direitos Humanos.

Como avanços neste semestre, destacam-se a realização da Reunião com Gestores Estaduais de Direitos Humanos, a qual tem por objetivo central avançar no diálogo interfederativo de políticas, programas e ações na área dos Direitos Humanos. Logo, é um espaço que o Governo Federal e os Governos Estaduais podem intercambiar informações e experiências relativas à suas políticas na área de promoção e proteção dos Direitos Humanos, com vistas a inspirar novas propostas de atuação em âmbito Estadual, Regional ou Federal. As principais pautas abordadas na ocasião foram o Acompanhamento do Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e do Pacto Federativo pela Prevenção e Combate à Tortura, bem como o Lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica e a sua Adesão pelos Governos Estaduais. Ademais, destaca-se a formalização de parcerias com as Defensorias Públicas dos Estados do AC, SC, CE, MT, MS e RR, no que tange ao Projeto “Van dos Direitos”, além da captação de Emendas Parlamentares para o financiamento, até o momento, de 9 Van dos Direitos. Por fim, têm-se realizado o Levantamento e Atualização da Composição dos Colegiados Internos e Externos à SNC.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- **3.1 - Organizar a Atuação da SNC junto aos Colegiados Internos e Externos.**

Entrega Prevista: Composição dos Colegiados Internos e Externos à SNC revisada; Temas Estratégicos definidos para Incidência nos Colegiados; 3 Reuniões dos Representantes da SNC em Conselhos Realizadas.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Caroline Reis.

Histórico de Implementação: Entre Janeiro e Abril, participou-se ativamente de todos os conselhos pautando temas prioritários da SNC (Drogas, Detentas Gestantes, Pop-Rua, LGBT, Alimentação Adequada). Em Maio, a revisão das composições encontrava-se em aguardo, tendo em vista a realização do Encontro de Gestores de DH de 2018, a qual demandou esforços significativos. Em Junho, o levantamento da composição dos Colegiados, bem como sua atualização encontravam-se em andamento.

Resultado: Levantamento Atual da Composição dos Colegiados em Andamento.

Percentual de Execução: 33%

- 3.2 - Organizar Encontros de Gestores da Política de Direitos Humanos.

Entrega Prevista: 2 Encontros Realizados.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Fabiana Gadelha.

Histórico de Implementação: Neste semestre, entre Janeiro e Abril, organizou-se o 2ª Encontro de Gestores da Política de Direitos Humanos. Em Maio, a 2ª Reunião de Gestores de Direitos Humanos realizou-se no dia 16/05/2018.

Resultado: 2 Encontros Realizados (Setembro/2017 e Maio/2018).

Percentual de Execução: 100%

- 3.3 - Organizar Atividades de Direitos Humanos no âmbito das Competências da SNC junto ao Poder Legislativo.

Entrega Prevista: 3 Audiências Públicas e/ou Seminários realizados em conjunto com o Legislativo (Outubro/2017; Março/2018 e Agosto/2018); Captação de Emendas Parlamentares; Discursos (1 por Coordenação-Geral Temática).

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Fabiana Gadelha.

Histórico de Implementação: Em Janeiro e Fevereiro, a articulação havia sido iniciada, faltando fechar algumas agendas com os parlamentares. Em Março e Abril, destacaram-se os seguintes avanços: sensibilização da temática realizada; elaboração de cartilha finalizada; articulação para propor a destinação de Emenda Parlamentar realizada; propostas de Decretos e Portarias realizadas para apresentação ao Ministro e aguardava-se devolutiva dos Departamentos sobre Audiências. Em Maio, as Audiências haviam sido realizadas e aguardava-se o andamento do Processo Licitatório para Captação de Emendas, o qual estava parado, até o momento. Em Junho, ressaltou-se a captação de mais 1 Emenda Parlamentar (Estado da Bahia) para "Van dos Direitos" totalizando o montante de 9 Emendas Parlamentares para o Projeto "Van dos Direitos". Ademais, o Processo Licitatório permanece em andamento.

Resultado: Captação de Emendas Parlamentares em Andamento.

Percentual de Execução: 78%

- 3.4 - Monitorar e Incentivar a Implantação de Estruturas de Direitos Humanos nos Estados e Eventualmente nos Municípios.

Entrega Prevista: Levantamento das estruturas existentes realizado; Aumento em 10% de novas estruturas implantadas.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Fabiana Gadelha.

Histórico de Implementação: Em Janeiro e Fevereiro, havia sido elaborada a Proposta de Layout da "Van dos Direitos", bem como a Proposta de Termo de Referência para aquisição das Vans, além disso, iniciou-se o Processo de Cotação. Em Março, foram enviados à Coordenação de Licitações e Contratos - COLIC, o Termo de Referência, as Cotações, a Nota Técnica e o Mapa Comparativo. Em Abril, a COLIC transformou o TR em Minuta de Edital, o qual aguardava assinatura do Secretário Nacional de Cidadania. Além disso, foram fechadas Parcerias com as Defensorias Públicas dos Estados do AC, SC, CE, MT, MS e RR (Van dos Direitos) e captadas Emendas Parlamentares para financiar 8 Van dos Direitos. Em Maio, destaca-se que o Processo Licitatório encontrava-se parado. Em Junho, captou-se mais 1 Emenda Parlamentar (Estado da Bahia) para "Van dos Direitos" totalizando o montante de 9 Vans para o Projeto "Van dos Direitos". O Processo Licitatório encontra-se em andamento.

Resultado: Parcerias com as Defensorias Públicas dos Estados do AC, SC, CE, MT, MS e RR (Van dos Direitos) e Captação de Emendas Parlamentares para financiar 9 Van dos Direitos. Processo Licitatório em Andamento.

Percentual de Execução: 40%

Projeto 4 - Promover ações de Direitos Humanos junto ao Sistema de Justiça.

Nível de Monitoramento – Departamento.

A Secretaria Nacional de Cidadania – SNC tem se empenhado em impulsionar e fomentar relações com os atores do Sistema de Justiça, visando ao desenvolvimento e à implementação de projetos, programas e atividades de cooperação, entre outras ações, para a difusão da cultura e da educação em Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário. A Secretaria tem formalizado parcerias com atores como o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, a Escola Nacional da Magistratura - ENFAM, o Colégio Nacional de Defensores Públicos - CONDEGE, Ministério Público, ANAPE - Associação Nacional dos Procuradores de Estado, ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos, entre outros.

Dessa forma, o projeto prevê um conjunto de esforços tendo em vista firmar novas parcerias com atores do Sistema de Justiça (MP, ANAPE e ANADEP), em consonância com o PNDH-3 e o PNEDH, para a realização da educação não formal em direitos humanos, configurando-se em um processo de sensibilização e formação de consciência crítica e de estabelecimento de diálogo com parceiros que desenvolvam atividade formativa e promovam os direitos humanos em seu cotidiano. Podemos citar, como avanço alcançado no período, a formalização de parceria com o Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE e articulação com a ANAMATRA para estabelecimento de parceria já em fase final.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 4.1 - Realizar o II Concurso de Sentenças Exitosas em Direitos Humanos com o CNJ - Conselho Nacional de Justiça.
Entrega Prevista: Edital do Concurso lançado; Seleção Realizada; Cerimônia de Premiação Realizada.
Histórico de Implementação: Atividade excluída do Planejamento neste semestre, pois não houve interesse do CNJ quanto à realização da 2º edição do Concurso.
Resultado: Atividade Excluída.
- 4.2 - Firmar Parceria com CONDEGE - Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais.
Entrega Prevista: Parceria Firmada e Plano de Trabalho Realizado.
Atividade Iniciada em Julho/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela Atividade: Victoriana.
Histórico de Implementação: Neste semestre, firmou-se parceria com CONDEGE.
Resultado: Atividade Concluída.
Percentual de Execução: 100%
- 4.3 - Realizar Curso EAD com ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.
Entrega Prevista: Curso EAD Realizado.
Histórico de Implementação: Atividade foi excluída do Planejamento, em razão do não interesse do CNJ por ter EAD próprio.
Resultado: Atividade Excluída.
- 4.4 - Firmar novas Parcerias: Ministério Público, ANAPE - Associação Nacional dos Procuradores de Estado, ANADEP - Associação Nacional dos Defensores Públicos.
Entrega Prevista: 3 Parcerias Firmadas.
Atividade Iniciada em Julho/17.
Término Previsto para Dezembro/18.
Responsável pela atividade: Victoriana.
Histórico de Implementação: Em Janeiro, com relação à parceria com ANAMATRA, a Jurídica solicitou alguns esclarecimentos, os documentos recebidos pela ANAMATRA encontravam-se com a área de Educação em Direitos Humanos para inclusão no SEI. No que se refere à parceria com CNMP, foi enviado e-mail para responsável, mas não houve o recebimento de um posicionamento. Em Maio, realizou-se reunião do Secretário Nacional de Cidadania com as Diretorias da Secretaria tendo em vista pensar a atuação de cada uma com o Poder Judiciário. Em Junho, a ANAMATRA enviou Plano de Trabalho para a Secretaria, o ACT estava sendo alterado para inclusão da assinatura do Ministro.
Resultado: Articulação com a ANAMATRA em Fase Final.
Percentual de Execução: 43%

Objetivo 4: Fortalecer os Mecanismos de Monitoramento e Seguimento das Políticas de Direitos Humanos.

O projeto de Fortalecimento dos Mecanismos de Monitoramento das Políticas e Ações de Direitos Humanos foi proposto no intuito de propiciar o acompanhamento da implementação da política tanto na esfera nacional quanto na esfera internacional. Neste último semestre, houve alterações na estrutura do Ministério, de modo que a equipe responsável pelo tema, Coordenação-Geral de Acompanhamento dos Sistemas de Proteção Internacional (CGPIDH), foi reunida com a Assessoria Internacional do Ministério. Em razão disso, foram excluídas várias atividades inicialmente propostas. Dentre os avanços neste semestre, destacam-se

58

Projeto 1 - Reorganizar, fortalecer e aprimorar a capacidade da Secretaria Nacional de Cidadania com vistas à atuação no Sistema Interamericano de proteção dos Direitos Humanos e à articulação federativa para cumprimento das decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Nível de Monitoramento – Departamento.

O Projeto foi excluído do Planejamento neste semestre. Em razão da alteração de estrutura no Ministério, a equipe responsável pelo tema (CGPIDH) foi reunida com a Assessoria Internacional. Assim, a responsabilidade pelo assunto saiu da Estrutura da SNC.

Projeto 2 – Iniciar a Estruturação de um Observatório Nacional de Monitoramento da Implementação de Compromissos e Recomendações Nacionais e Internacionais de Direitos Humanos.

Nível de Monitoramento – Secretário.

O Projeto visa à estruturação de um Observatório que possibilitará o Acompanhamento de Tratados Internacionais, Casos do SIDH - Sistema Interamericano de Direitos Humanos, Resoluções dos Colegiados, do MNPCT - Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura e da Implementação do PNDH 3 - Programa Nacional de Direitos Humanos e dos Planos Setoriais. No que tange aos avanços alcançados, destaca-se neste semestre, a finalização do primeiro Relatório de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação das Recomendações da Revisão Periódica Universal (RPU) - Ações do MDH. No que se refere à Organização de Inventário de Recomendações e Compromissos Nacionais, a partir dos subsídios de Colegiados e Órgãos Nacionais verificou-se que a melhor alternativa para dar cumprimento a essa ação seria reativar e reconfigurar o ObservaDH para ser utilizado também para a pauta das Recomendações Nacionais, aguardam-se tratativas para dar encaminhamento à atividade.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 2.1 - Atualizar Inventário de Recomendações, Decisões e Compromissos Internacionais recebidos pelo Estado Brasileiro nos sistemas ONU e OEA relacionadas às temáticas da Secretaria Nacional de Cidadania.

Entrega Prevista: Sistematização das recomendações internacionais recebidas pelo Brasil, por órgão e por tema.

Histórico de Implementação: Atividade excluída, em razão da alteração de estrutura no Ministério, a equipe responsável pelo tema (CGPIDH) foi reunida com a Assessoria Internacional. Assim, a responsabilidade pelo assunto saiu da Estrutura da SNC.

Resultado: Atividade Excluída.

- 2.2 - Atualizar Situação de Cumprimento dos Compromissos e Recomendações Internacionais relacionadas às Temáticas da SNC, com base em informações constantes nos Relatórios Nacionais aos respectivos Órgãos de Tratados, e subsídios recebidos de Órgãos do Poder Público.

Entrega Prevista: Sistematização da situação de cumprimento das recomendações internacionais, com base em informações constantes nos relatórios nacionais aos respectivos órgãos de tratados, e subsídios recebidos de órgãos do poder público.

Histórico de Implementação: Atividade excluída, em razão da alteração de estrutura no Ministério, a equipe responsável pelo tema (CGPIDH) foi reunida com a Assessoria Internacional. Assim, a responsabilidade pelo assunto saiu da Estrutura da SNC.

Resultado: Atividade Excluída.

- 2.3 - Incorporar Compromissos e Recomendações Internacionais nas Ações e Políticas das Áreas Temáticas da Secretaria Nacional de Cidadania.

Entrega Prevista: Levantamento dos compromissos e diretrizes por área temática da SNC; Incorporação nas ações da SNC.

Histórico de Implementação: Atividade excluída, em razão da alteração de estrutura no Ministério, a equipe responsável pelo tema (CGPIDH) foi reunida com a Assessoria Internacional. Assim, a responsabilidade pelo assunto saiu da Estrutura da SNC.

Resultado: Atividade Excluída.

- 2.4 - Estabelecer Articulação e Contato Periódico com Pontos Focais a serem definidos em cada Ministério e Órgãos pertinentes para aprimoramento da capacidade de articulação e incidência da Secretaria Nacional de Cidadania na elaboração e disseminação dos Relatórios, e Monitoramento do Cumprimento de Recomendações Internacionais.

Entrega Prevista: Definição de pontos focais em cada ministério e órgãos pertinentes; Realização de reuniões trimestrais com pontos focais; Levantamento e validação da situação de cumprimento de recomendações internacionais.

Histórico de Implementação: Atividade de Competência do Gabinete e Assessoria Internacional. Ademais, com a alteração de estrutura no Ministério, a equipe

responsável pelo tema (CGPIDH) foi reunida com a Assessoria Internacional. Assim, a responsabilidade pelo assunto saiu da Estrutura da SNC.

Resultado: Atividade Excluída.

- 2.5 - Acompanhar e Monitorar Medidas Adotadas para Cumprimento das Recomendações Internacionais recebidas que se referem às Temáticas da Secretaria Nacional de Cidadania.

Entrega Prevista: Levantamento das medidas adotadas para cumprimento das recomendações realizado.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Georgia.

Histórico de Implementação: Em Fevereiro, destaca-se o levantamento e sistematização das ações da SNC e demais Secretarias em resposta às recomendações oriundas da RPU. Em Março, finalizou-se o primeiro Relatório de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação das Recomendações da RPU - Ações do MDH.

Resultado: Finalização de Relatório de Monitoramento, Acompanhamento e Avaliação das Recomendações da RPU – Ações do MDH.

Percentual de Execução: 25%

- 2.6 - Atualizar o Portal ObservaDH para Inclusão da Situação de Cumprimento das Recomendações Internacionais.

Entrega Prevista: a) Estudo sobre viabilidade de implementação da segunda fase do ObservaDH no portal já existente; b) Inclusão das informações sobre cumprimento das recomendações no portal ObservaDH.

Histórico de Implementação: Atividade excluída, pois houve a avaliação de que não se trata de competência da SNC. Ademais, com a alteração de estrutura no Ministério, a equipe responsável pelo tema (CGPIDH) foi reunida com a Assessoria Internacional. Assim, a responsabilidade pelo assunto saiu da Estrutura da SNC.

Resultado: Atividade Excluída.

- 2.7 - Identificar tipo de Sistema de Tecnologia da Informação, Linguagem e Padrões para estruturar Observatório, a partir do Modelo adotado no ObservaDH.

Entrega Prevista: Registro de reuniões realizadas para estudo sobre sistema de Tecnologia da Informação, linguagem e padrões para estruturar Observatório.

Histórico de Implementação: Atividade excluída, pois houve a avaliação de que não se trata de competência da SNC. Ademais, com a alteração de estrutura no Ministério, a equipe responsável pelo tema (CGPIDH) foi reunida com a Assessoria Internacional. Assim, a responsabilidade pelo assunto saiu da Estrutura da SNC.

Resultado: Atividade Excluída.

- 2.8 - Organizar Inventário de Recomendações e Compromissos Nacionais, a partir de subsídios dos respectivos Colegiados e Órgãos Nacionais.

Entrega Prevista: Documento com Levantamento das Recomendações e Compromissos Nacionais, por meio de subsídios a serem enviados por Colegiados e Conselhos de direitos elaborado.

Atividade Iniciada em Fevereiro/18.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Herbert/Frederico.

Histórico de Implementação: Ao longo do semestre, não houve avanços significativos na consecução da atividade. De todo modo, verificou-se que a melhor alternativa para dar cumprimento a essa ação seria reativar e reconfigurar o ObservaDH para ser utilizado também para a pauta das recomendações nacionais. Aguarda-se reunião do Secretário Herbert Barros e da Assessora Internacional Luciana Peres com o Secretário Executivo Adjunto para definir se o ObservaDH será reativado e reconfigurado. Caso a decisão seja afirmativa, a solicitação de informações aos Colegiados será feita de acordo com o padrão do sistema.

Resultado: Aguardam-se tratativas para retomada da atividade.

Percentual de Execução: 0%

Projeto 3 - Suprimir passivo de relatórios para os órgãos de tratados internacionais sobre Direitos Humanos e aprimorar a capacidade de articulação e incidência da Secretaria Nacional de Cidadania na elaboração e disseminação dos relatórios internacionais (CAT - Comitê de Ajudas Técnicas, PIDESC - Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, PIDCP - Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos, Desaparecimentos Forçados, DBC - Documento Básico Comum e Segundo Agrupamento PSS - Protocolo de São Salvador).

Nível de Monitoramento – Secretário.

Os Relatórios Internacionais devem ser elaborados periodicamente em virtude da assinatura de Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Há atualmente um passivo de relatórios que ainda não foram entregues aos órgãos internacionais competentes. Tendo isso em vista, foi criado este projeto para suprimir essas pendências. Neste semestre, destaca-se que foi realizada contratação de Consultorias que elaborarão os Relatórios do PIDESC, PICDP, CAT e 2ª Agrupamento PSS; de modo que a confecção destes encontra-se em andamento.

AVANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES

- 3.1 - Atualizar Minutas de Relatórios Nacionais, com base em informações oficiais (DBC - Documento Básico Comum, PIDCP - Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos, PIDESC - Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, CAT - Comitê de Ajudas Técnicas, Desaparecimentos Forçados, 2º agrupamento PSS - Protocolo de São Salvador).

Entrega Prevista: Relatórios Atualizados.

Atividade Iniciada em Junho/17.

Término Previsto para Dezembro/18.

Responsável pela Atividade: Georgia.

Histórico de Implementação: Em Janeiro, a Minuta do DBC estava pendente de validação pelo MDH. Em Fevereiro, o Edital nº 1/17 do PIDCP, Edital nº 2/17 do CAT e o Edital nº 3/17 do PIDESEC encontravam-se em processo de seleção. Em Março e Abril, os Consultores estavam em processo de contratação. Em Maio, contrataram-se de Consultores para elaboração do Relatório do PIDESEC, PICDP e 2º Agrupamento de Direitos do PSS, bem a atualização do relatório do CAT. No que tange ao PIDESEC, estava prevista viagem de Consultora do Relatório, com agenda em diversos órgãos parceiros para produção do documento objeto da Consultoria. No que se refere ao PICDP, realizou-se reunião de alinhamento com Consultora do referido Relatório. Com relação ao 2º Agrupamento PSS, realizaram-se reuniões de alinhamento com o Consultor, bem como articulou-se com ASIN para envio de expedientes a outros órgãos solicitando informações para elaboração do Relatório PSS. Sobre o Relatório do CAT, realizaram-se reuniões de articulação com Consultora e articulou-se com a ASIN/MDH e CNPCT/SNC para realização da Consultoria. Por fim, foram enviados ofícios aos Ministérios da Saúde, Educação e Cultura solicitando complementação de informações para o Relatório referente ao 1º Agrupamento de Direitos do PSS.

Resultado: Consultorias Contratadas, Relatórios em Elaboração.

Percentual de Execução: 36%

- 3.2 - Elaborar relatórios nacionais pendentes para órgãos internacionais (ONU - Organização das Nações Unidas e OEA - Organização dos Estados Americanos), com base em informações oficiais e subsídios recebidos.

Entrega Prevista: Minutas dos relatórios nacionais elaboradas.

Histórico de Implementação: Atividade excluída, em razão de alterações na estrutura do Ministério, a equipe responsável pelo tema (CGPIDH) foi reunida com a Assessoria Internacional. Sendo assim, a temática foi incorporada à Atividade 1 do Objetivo 3.

Resultado: Atividade Excluída.

- 3.3 - Submeter Relatórios Nacionais a Consulta Pública para comentários e contribuições da Sociedade Civil e demais Atores.

Entrega Prevista: Consultas públicas realizadas; Audiências públicas realizadas.

Histórico de Implementação: Atividade excluída do Planejamento, pois como inicialmente prevista não é de competência da SNC.

Resultado: Atividade Excluída.

- 3.4 - Entrega e Depósito junto ao Órgão Internacional, e respectiva apresentação oficial em sessão pertinente.

Entrega Prevista: Relatório nacional entregue ao órgão internacional respectivo; Apresentação do relatório nacional e diálogo em sessão pertinente do respectivo órgão, a depender do calendário de sessões.

Histórico de Implementação: Atividade excluída, em razão de alterações na estrutura do Ministério, a equipe responsável pelo tema (CGPIDH) foi reunida com a Assessoria Internacional. Sendo assim, a temática foi incorporada à Atividade 1 do Objetivo 3.

Resultado: Atividade Excluída.

- 3.5 - Dar publicidade ao relatório nacional entregue ao órgão internacional, assim como observações finais correspondentes.

Entrega Prevista: Divulgação no site da SNC do relatório entregue, da apresentação realizada e das conclusões e observações finais correspondentes.

Histórico de Implementação: Atividade excluída do Planejamento, pois como inicialmente prevista não é de competência da SNC.

Resultado: Atividade Excluída.

- 3.6 - Acompanhar e monitorar medidas adotadas para cumprimento das recomendações internacionais recebidas, em especial no âmbito da RPU - Revisão Periódica Universal.

Entrega Prevista: Realização de reuniões trimestrais com pontos focais dos ministérios para levantamento das medidas adotadas para cumprimento das recomendações recebidas no 3º Ciclo RPU; Atas das reuniões com pontos focais; Minuta de relatório de meio período sobre cumprimento das recomendações recebidas no 3º Ciclo RPU.

Histórico de Implementação: Esta atividade está contida na Atividade 3 do Projeto 2, do Objetivo 4.

Resultado: Atividade Excluída.

4. DESAFIOS & CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação de ações de promoção e defesa dos direitos é um desafio e depende de diversos atores de governo e da sociedade civil. Avançar nessas temáticas não é uma tarefa fácil e demanda uma conjugação de esforços. Para avançar neste desafio, foi realizado o planejamento de ações da Secretaria Nacional de Cidadania para os anos de 2017 e 2018.

No segundo semestre de 2017, a implementação deste Planejamento foi diretamente impactada pela reforma administrativa sofrida com a publicação do Decreto de estruturação do Ministério dos Direitos Humanos, nº 9.122 de 09 de agosto de 2017. No entanto, mesmo com os desafios vivenciados, na época, os números demonstraram que houve um considerável cumprimento do que foi planejado. No último Relatório Semestral do Planejamento da SNC, apontou-se que houve aproximadamente a Execução de 30% do Planejamento.

O quadro a seguir apresenta a execução de cada Objetivo, com os respectivos Projetos que os compõe. Abaixo, segue os comentários no que se refere à execução do Planejamento.

EXECUÇÃO ATÉ DEZ/2017				EXECUÇÃO ATÉ JUNHO/2018		
OBJETIVO 1	25,40%	PROJETO 1	23,6%	37,06%	PROJETO 1	50,3%
		PROJETO 2	20,5%		PROJETO 2	41,3%
		PROJETO 3	18,6%		PROJETO 3	15,1%
		PROJETO 4	38,8%		PROJETO 4	41,5%
OBJETIVO 2	37,50%	PROJETO 1	30%	55,76%	PROJETO 1	70%
		PROJETO 2	46,7%		PROJETO 2	74,6%
		PROJETO 3	20%		PROJETO 3	30,6%
		PROJETO 4	50,6%		PROJETO 4	48%
		PROJETO 5	44%		PROJETO 5	46,7%
		PROJETO 6	8,3%		PROJETO 6	72%
		PROJETO 7	43,6%		PROJETO 7	45,3%
		PROJETO 8	43,3%		PROJETO 8	51,1%
		PROJETO 9	46,3%		PROJETO 9	70,3%
		PROJETO 10	42,5%		PROJETO 10	49%
OBJETIVO 3	21,40%	PROJETO 1	25,8%	52,12%	PROJETO 1	52,8%
		PROJETO 2	20%		PROJETO 2	21,4%
		PROJETO 3	23,5%		PROJETO 3	62,7%
		PROJETO 4	16,3%		PROJETO 4	71,5%
OBJETIVO 4	14,00%	PROJETO 1	29,3%	30,50%	PROJETO 1	Excluído.
		PROJETO 2	2,5%		PROJETO 2	25%
		PROJETO 3	10,2%		PROJETO 3	36%
EXECUÇÃO TOTAL			28,80%	EXECUÇÃO TOTAL		46,45%

Metodologia de Mensuração

Os índices de execução de cada Projeto foram calculados a partir da média observada nos percentuais de execução de cada atividade estabelecida pelos responsáveis. Da mesma forma, foram calculados os índices de execução de cada objetivo, cujo resultado é a média da execução dos projetos que compõe cada objetivo. Calculando a média de execução dos projetos, até junho de 2018, houve um alcance de 46,45% de execução do que foi proposto.

Análise da Execução do Planejamento

Neste semestre, realizaram-se ajustes no Planejamento da Secretaria, com vistas à exequibilidade e implementação dos objetivos estabelecidos, bem como ao efetivo cumprimento das ações previstas, haja vista garantir a eficácia e eficiência das atividades. Todas as alterações realizadas nos projetos, atividades e entregas, além de suas respectivas justificativas estão dispostas no Relatório de Ajustes do Planejamento do biênio 2017-2018. Também observou-se a necessidade de aperfeiçoamento na mensuração das atividades, de modo que realizaram-se modificações nas metodologias de mensuração das atividades do Planejamento, em relação ao último Relatório Semestral referente ao segundo semestre de 2017. As alterações nas metodologias de mensuração das atividades estão dispostas no Relatório de Revisão das Metodologias de Mensuração do Planejamento do biênio 2017-2018. Posto isto, tais alterações referidas anteriormente, impactaram nos índices de execução dos projetos de cada objetivo e conseqüentemente, no índice de execução do Planejamento.

Portanto, salienta-se que, neste semestre, houve alterações nos projetos, atividades e entregas, além de readequações nas metodologias de mensuração, de modo que tais mudanças repercutiram nos índices de execução das atividades, dos projetos, objetivos e por fim, na execução geral do Planejamento. No que tange a avaliação dos índices de execução, no primeiro momento, analisa-se que o andamento dos projetos não alcançou o percentual de execução esperado, tendo em vista que restam apenas 6 meses para a conclusão do biênio 2017-2018 e a média da execução do Planejamento atingiu apenas 46,45%. Nesse sentido, destaca-se a seguir, algumas variáveis que possivelmente têm impactado nessa baixa execução.

Dentre os fatores responsáveis pela execução abaixo do desejado, destaca-se a baixa execução de determinados projetos responsáveis por abaixar as médias de execução dos objetivos. Tais atividades e projetos com baixa execução encontram dificuldades em avançar devido à questões como modificações estruturais, alterações de responsáveis, mudanças de cenário, dificuldades nas articulações e no andamento de tratativas. Ademais, diversas atividades não tiveram seus trabalhos iniciados por obstáculos ou em razão de estarem previstas para serem iniciadas apenas no segundo semestre de 2018, e por isso, apresentam um percentual de execução correspondente a 0%, reduzindo assim, as médias de execução dos projetos. Vale lembrar, que a média aritmética funciona de forma mais adequada quando os valores são relativamente uniformes e sem grandes discrepâncias. Isso porque todos os dados possuem a mesma importância (peso). Logo, neste caso, tais percentuais correspondentes a 0% ou com níveis de execução baixos são discrepantes em relação aos demais valores.

Além disso, vale ressaltar que quanto menor a quantidade de elementos de um conjunto de dados, maior o peso que cada elemento possui nesse conjunto. Logo, quanto menor o quantitativo de atividades em um projeto, maior o peso de cada uma na média do projeto. Posto isto, verifica-se que após os ajustes, houve diversas exclusões de atividades, em razão de justificativas como as expostas anteriormente, e que conseqüentemente tais exclusões acabaram por reduzir o quantitativo de atividades dentro de cada projeto. Portanto, cada atividade passou a possuir maior peso no cálculo da média de um projeto, e dessa forma, a baixa execução de certas atividades impactou substancialmente na redução da média em diversos projetos.

Por fim, conclui-se que apesar das justificativas expostas acima, as quais possivelmente foram responsáveis por impactar na média de execução aquém do esperado, é necessário atenção na execução de tais atividades e projetos. Ressalta-se a importância de avultar esforços ao longo do próximo semestre com vistas à consecução dos objetivos propostos no Planejamento desta Secretaria para o biênio 2017-2018, tendo em vista desenvolver e dar gestão à políticas públicas essenciais de promoção e defesa dos direitos humanos.